



## mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências\*

Suzana Pasternak Taschner\*\*

Lucia Maria Machado Bógus\*\*\*

**RESUMO** – Utilizando dados censitários, o trabalho apresenta elementos da redistribuição espacial da população brasileira na última década, enfatizando os grandes fluxos migratórios, a contribuição específica de cada região para o conjunto populacional brasileiro, os diferenciais regionais de crescimento e a crescente concentração populacional. Percebeu-se uma grande mobilidade territorial: mais de 20% da população brasileira mudou de município e mais de 7% mudou de estado de residência na última década. À exceção dos estados do Norte e do núcleo industrial do Sudeste, todos os demais estados brasileiros apresentaram saldos migratórios negativos. Os dados apontam para uma grande mobilidade residencial, urbanização galopante e migrações intensas. Nos últimos anos, além do crescente fenômeno de urbanização, vem se acentuando a metropolização e delimita-se uma rede “macrometropolitana” no Sudeste. O trabalho procura comparar os padrões de crescimento da cidade central e das periféricas nas nove regiões metropolitanas brasileiras.

O objetivo do presente trabalho é o de fornecer subsídios para a compreensão dos processos de redistribuição espacial da população brasileira nas três últimas décadas, enfatizando os anos 70. Tem a intenção também de contribuir para a explicitação de alguns temas colocados pela dinâmica espacial, tais como a intensidade e a direção dos fluxos migratórios, urbanização e metropolização, sobretudo na década 70-80, período em que ocorreram algumas alterações substanciais a nível desses processos.

Reconhece-se que as tendências e características das variáveis demográficas só podem ser entendidas como a contrapartida das características espaciais de que se reveste o desenvolvimento econômico do país. Nesse trabalho, porém, procura-se apenas descrever, às vezes de forma exaustiva, a dinâmica da população, pois essa caracterização constitui o pano de fundo sobre o qual os processos sociais e econômicos mais amplos circunscrevem seus limites e suas formas de atuação.

### A DINÂMICA ESPACIAL DAS POPULAÇÕES REGIONAIS

Os dados referentes à dinâmica de redistribuição da população brasileira apontam para um processo de urbanização crescente que por sua vez corresponde a uma alteração na di-

\* Este trabalho faz parte de um estudo mais amplo, desenvolvido a partir de um convênio entre a Universidade de São Paulo e o Ministério do Interior, através da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, que visou a avaliação do PNCPM (Programa Nacional de Cidades de Porte Médio).

\*\* Professora assistente-doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

\*\*\* Professora assistente-mestre da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

visão técnica e territorial do trabalho. Alguns exemplos de políticas públicas que promoveram profundas modificações na configuração do espaço merecem ser aqui registrados. Desde o Programa de Metas do governo Kubitschek, que acelerou o processo de industrialização com base na indústria automobilística, expandindo os transportes rodoviários e contribuindo assim para mudanças na configuração espacial do país, aumentando a migração campo-cidade e acentuando, a nível regional, a primazia da região Sudeste, até a aplicação da legislação trabalhista no campo e políticas específicas de aplicações mais localizadas, como os programas de erradicação de cafezais anti-econômicos ou de incentivo à modernização da agricultura, "todas elas concorreram diretamente para promover violento esvaziamento do campo e aceleração da urbanização nas décadas de 60 e 70" (Bernardes, 1986:86). Embora tanto a taxa anual de crescimento da população total do país quanto a taxa da população urbana tenham diminuído entre os anos 60 e os anos 70 (Tabela 1), a taxa de urbanização nacional passou de 55,78% em 1970 para 67,59% em 1980 (Tabela 18). Em contrapartida, há o esvaziamento do campo, que perdeu um volume de população de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas entre 1970 e 1980 (Tabela 2).

De fato, o esvaziamento das áreas rurais é fenômeno que se acentua marcadamente na última década: a taxa geométrica de crescimento anual da população rural entre 1960 e 1970 já havia sido de apenas 0,69% ao ano, denotando grande migração rural urbana (Tabela 1). Nas décadas anteriores se mantivera em torno de 1,50% ao ano (1,60% entre 1940 e 1950, 1,55% entre 1950 e 1960). Mas a primeira vez que houve perda absoluta da população rural foi nos anos 70. A única região do país a apresentar taxa significativa de crescimento rural é a Região Norte (3,70% - Tabela 1), onde ainda existem áreas consideradas como frentes de expansão (Martine, 1985), capazes de atrair e reter contingentes populacionais provenientes de outras áreas já saturadas em termos de possibilidade de trabalho e emprego. Vem em seguida o Nordeste, onde a população rural cresceu a uma taxa de 0,53%. Nas demais regiões as taxas foram negativas (Tabela 1).

## **REGIÃO NORTE**

No interior desta região, onde ainda podem ser detectados grandes vazios populacionais, percebe-se que a taxa de crescimento da população urbana sobressai-se perante as taxas das outras regiões, sendo inferior apenas à da Região Centro-Oeste (Tabela 1), atingindo 6,44% ao ano entre 1970 e 1980. Percebe-se também que, apesar da existência de políticas visando o assentamento humano nesta área, o aumento populacional da região entre 1970 e 1980 foi de 2.276.408 pessoas, sendo que 61,96% desse aumento deve-se à população urbana. Embora em números absolutos este número seja inferior ao aumento registrado no Município de São Paulo, como já lembraram Martine e Camargo (1984: 124), representa o dobro do acréscimo populacional da região dos anos 60 (1.024.418; Tabela 3). A Região Norte, antes responsável por 4,40% do incremento da população nacional, passa agora a responder por 8,81% (Tabela 4). De alguma forma, obteve-se resposta à política de redistribuição populacional elaborada pelo II PND.

Este incremento populacional deveu-se sobretudo às migrações. O saldo migratório, de mais de 573 mil pessoas, representou 59,36% do saldo total da região (Tabela 5). Deve-se



lembrar também que o aumento populacional alocou-se sobretudo em zonas urbanas: apenas 38,04% deste incremento deve-se ao diferencial rural (Tabela 2). Vale a pena mencionar que Rondônia foi o único estado brasileiro onde houve queda na taxa de urbanização, que passou de 53,63% em 1970 para 46,46% em 1980 (Tabela 18), indicando uma dispersão populacional pelas áreas rurais do estado em atividades agrícolas e extrativas. Conforme afirma Martine (1984: 125) "a observação de que Rondônia foi responsável por grande parte das migrações destinadas à região amazônica provoca algumas reflexões a respeito. Primeiro, é notório que o maior fluxo migratório para Rondônia começou a partir de 1974. A dimensão do fluxo para Rondônia, comparado com o resto da região, parece testemunhar para a viabilidade de esforços visando reorientar parte dos fluxos migratórios em direção às áreas de fronteira. Ou seja, em Rondônia foi feito um pouco daquilo que o PIN (Plano de Integração Nacional) anunciava fazer em toda a Amazônia: expandir a fronteira agrícola através do pequeno produtor. O resultado, até agora, tem sido bastante positivo em Rondônia, embora de impacto muito limitado face à dimensão nacional do excedente de mão-de-obra agrícola e da demanda de terra":

No Estado do Amazonas chama a atenção o aumento da taxa de crescimento da população urbana, de 5,54% ao ano nos anos 60 para 7,76% nos anos 70. Já o Pará, que praticamente manteve estável sua taxa de crescimento da população urbana, evidenciou aumento da taxa geométrica de crescimento da população rural entre essas duas décadas (de 2,28% nos anos 60 para 4,25% nos anos 80. Vide Tabela 1). Tanto no Pará como no Amazonas o crescimento populacional ocorreu principalmente graças ao saldo vegetativo, que representou 95,82% do saldo total no caso do Amazonas e 79,31% no caso do Pará (Tabela 5).

## REGIÃO NORDESTE

O Nordeste absorveu nos anos 60 quase 6 milhões do diferencial de 23,3 milhões entre as populações brasileiras de 1960 e 1970 (25,52% do incremento populacional na década. Vide Tabela 3). Continua, nos anos 70, mantendo um percentual equivalente (25,91% do incremento total de 25,82 milhões que representava o diferencial brasileiro entre 1970 e 1980. Vide Tabela 4). No entanto, houve uma diminuição nas taxas de crescimento tanto rurais como urbanas (Tabela 1). A única exceção é a taxa de crescimento anual da população rural do Maranhão, maior em 70/80 (2,04% a.a.) que em 60/70 (0,97% a.a.). "De qualquer forma, é claro que a fase de absorção rural a ritmos intensos já acabou no Maranhão; de fato . . . o Maranhão passou a expulsar a população do campo durante a década de 70". (Martine, 1984: 123).

A diminuição das taxas geométricas de crescimento anual da população total verificada praticamente em todos os estados do Nordeste com exceção do Maranhão (Tabela 1) pode ser atribuída basicamente à emigração: a região apresentou um saldo migratório negativo de mais de 2 milhões de pessoas (Tabela 5), embora deva-se lembrar que a taxa de fecundidade total do Nordeste sofreu redução de 19%, passando de 7,53% para 6,13% (dados do IBGE, DESPO – Diretoria Técnica – Departamento de Estudos da População). De fato, o Nordeste continua a caracterizar-se como uma área tradicional de emigração. Os estados que apresentaram menor perda populacional foram a Bahia, onde as atividades desenvolvidas no campo da indústria petroquímica e da exploração de petróleo têm oferecido maiores oportunidades de

absorção de mão-de-obra e o Maranhão, que, aliado à intensa urbanização, recebeu contingente de migrantes equivalente a 4,41% da sua população total, provavelmente alocados em serviços e empregos industriais ligados à implantação da Alcoa e do terminal marítimo de São Luiz (Tabela 13).

## REGIÕES SUL E SUDESTE

No que se refere a essas duas regiões, a perda da população rural é de grande vulto, visto a população residente nos estados do Sul diminuir em mais de 2 milhões de pessoas e a do Sudeste em 1,99 milhão de pessoas (Tabela 2), nos anos 70.

Como mostra a Tabela 3, as zonas rurais dos estados da Região Sudeste já vinham perdendo população na década anterior, com exceção do Espírito Santo, que só passou a apresentar decréscimo em 1980. Já os estados do Sul apresentaram uma inversão no que se refere à população rural: de um incremento positivo de 1,8 milhões de pessoas na década 60-70 (Tabela 3) passaram a uma perda acentuada na década posterior (Tabela 4).

Qual o significado desse decréscimo da população rural?

Inúmeros autores têm mostrado que o esvaziamento rural liga-se inexoravelmente ao processo de transformação da agricultura brasileira, com a introdução de máquinas e insumos agrícolas industrializados substituindo grandes quantidades de mão-de-obra e refletindo os efeitos da introdução do capital e das relações de trabalho capitalistas no campo (Graziano da Silva, 1982; Muller, 1982; Singer, 1973; Martine, 1985), que acabaram por provocar um processo de emigração maciça do campo para as cidades. Martine estima em "15,5 milhões o número de migrantes líquidos oriundos das áreas rurais, os quais se dirigiram às áreas urbanas na década de 70" (Martine, 1985: 76).

Nossos dados também apontam para uma diminuição do volume da população rural no Sudeste e, principalmente, no Sul durante a década. Conforme mostra a Tabela 4 os estados que sofreram maiores perdas absolutas de população foram Paraná e Minas Gerais.

A ocupação intensiva do Paraná iniciou-se nos anos 40, com a transferência da cultura do café de São Paulo para aquele estado. A forma de utilização da terra foi sobretudo através de pequenas e médias propriedades, o que, aliado à boa qualidade do solo, propiciou uma ocupação de razoável densidade populacional, atestada pelas taxas de crescimento anuais de 5,52% (40-50), 7,27% (50-60) e 4,98% (60-70). Para a década de 70-80 essa taxa foi de 0,97 (Tabela 1). Esta reversão deve-se claramente à expulsão de pequenos agricultores e à mudança da base econômica da pequena propriedade cafeeira para o cultivo extensivo da soja. Assim, o Estado apresenta em 1980 um saldo migratório negativo de mais de 822 mil pessoas (Tabela 5), sendo maior a perda populacional na zona rural, de onde saíram 1.268.659 pessoas na última década (Tabela 4).

A taxa de crescimento da população rural paranaense caiu de 4,13% nos anos 60 para



-3,32% entre 70 e 80 (Tabela 1).

Conforme já foi dito, comparando-se o saldo migratório negativo do Paraná com o de outros estados brasileiros, apenas Minas Gerais o iguala em números absolutos (Tabela 5). Deve-se lembrar, entretanto, que a população de Minas (13,4 milhões de habitantes) é quase o dobro da do Paraná (7,63 milhões de pessoas em 1980). Além disso, a movimentação populacional paranaense é muito intensa, com mais de 3 milhões de pessoas mudando de município de residência na década, dos quais 41,37% saíram do estado, enquanto que 58,63% se alocaram em outro município da mesma Unidade da Federação (Tabela 14).

A nível regional o maior decréscimo de população rural foi no Sul, seguido de perto pelo Sudeste. O fenômeno do esvaziamento rural destas regiões liga-se à penetração de capital no campo, que provocou alterações nas relações de trabalho (vale a pena lembrar o trabalhador rural volante, fenômeno típico das culturas da cana e da laranja no Estado de São Paulo).

Cabe ainda ressaltar que o Sudeste comportou-se como área de atração populacional, concentrando na década de 70/80, 11,88 milhões de habitantes do incremento total de 25,86 milhões no espaço nacional (Tabela 2). Só o Estado de São Paulo cresceu, em números absolutos, cerca de 7 milhões de habitantes (Tabela 4), 28,10% do aumento populacional brasileiro (o Sudeste continha 42,81% da população brasileira em 1970; em 1980 possui 43,48%).

Já a região Sul, que em 1970 possuía 17,72% da população brasileira, vê em 1980 este percentual reduzido para 15,99%. A Tabela 2 mostra que o Sul na década 60-70 teve variação populacional positiva de 4.714.861 pessoas (20,21% do incremento nacional); já nos anos 70 cresceu em apenas 2.534.669 habitantes (9,80% do incremento nacional na década).

## REGIÃO CENTRO-OESTE

Os movimentos migratórios para o Centro-Oeste remontam à década de 40, quando a região apresentava a maior taxa média geométrica anual de crescimento da população rural no Brasil (3,05%), superior mesmo à da Região Sul, nessa época (Ferreira, 1985: 49). Essas taxas sofrem uma elevação nas décadas posteriores, constituindo-se a região, entre 1950 e 1970, na nova fronteira agrícola do País, com incremento populacional total entre 1950 e 1960 da ordem de 73% (IBGE, 1981). Entre 1970 e 1980, o Centro-Oeste ampliou sua participação na população brasileira de 5,41% (5.033.851 habitantes em 1970) para 6,34% (7.545.769 habitantes em 1980). Nota-se, entretanto, que com exceção do Distrito Federal, os estados do Centro-Oeste não apresentaram saldos migratórios tão elevados como na década passada. O próprio Estado de Goiás teve, nos anos 70, taxa de crescimento bem inferior (2,76%) à da década anterior (4,36%), sendo que sua taxa rural já se apresenta negativa (-1,53, Tabela 1).

Como mostra a Tabela 5, o saldo migratório de Goiás representa apenas pouco mais de 2% do saldo total do estado. Mesmo em Mato Grosso do Sul o saldo migratório não chega a 25% do total. A absorção dos migrantes no Centro-Oeste se dá sobretudo devido a Mato Grosso, com saldo migratório de mais de 200 mil habitantes, quase 40% do seu incremento po-

pulacional na década, e ao Distrito Federal, com saldo migratório de mais de 300 mil habitantes. É interessante observar que na chamada "fronteira em expansão" os saldos migratórios mais significativos foram o de Mato Grosso e o de Rondônia.

## AS MIGRAÇÕES E SUAS TENDÊNCIAS NA DÉCADA

Grande parte da população brasileira passou por uma realocação espacial nos anos 70. Excluindo-se as migrações intramunicipais (urbano-rural e rural-urbano), mais de 20% da população brasileira mudou de município de residência pelo menos uma vez durante os anos 70. Este percentual mostra a última mudança de município de residência na década (Tabela 2.9) (1). Dessa forma, 20% da população mudou de município de residência, e dentre estes, alguns mudaram mais de uma vez durante a década. A mobilidade espacial é maior nas regiões Sul e Centro-Oeste, onde 28,73% e 25,48% da população acusaram pelo menos uma mudança de município de residência na década (Tabela 6).

A mobilidade espacial dos brasileiros nos anos setenta pode ser melhor descrita observando-se as Tabelas 7, 8 e 9; é interessante ressaltar que:

- a) mais de 5,4 milhões de pessoas (4,60% da população brasileira e 22,47% dos migrantes decenais) mudaram de região (2) de procedência na década (Tabela 7). Comparando-se o total regional de pessoas que mudaram de município pelo menos uma vez na década com as mudanças inter-regionais, percebe-se: saíram de suas regiões 17,38% dos procedentes do Norte; 37,07% dos procedentes do Nordeste; 11,71% dos procedentes do Sudeste; 24,58% dos procedentes do Sul e 26,05% dos procedentes do Centro-Oeste (Tabela 8).
- b) mais de 8 milhões de pessoas (7,16% da população brasileira e 34,96% dos migrantes decenais) mudaram de estado de residência na década (Tabela 9).
- c) mais de 3 milhões de brasileiros locomoveram-se entre as UF da sua própria região de procedência (2,56% da população brasileira e 12,48% dos migrantes na década. Tabela 8). As regiões onde o fenômeno da migração entre as UF da própria região foi mais freqüente foram a Sudeste e a Norte. Na Região Sul apenas 8,54% dos que se locomoveram espacialmente foram para município de outra UF da mesma região (Tabela 8).
- d) mais de 15 milhões de pessoas locomoveram-se dentro dos seus estados de residência, mudando pelo menos uma vez de município na década (Tabela 8). Isto representa 13,32% da população brasileira em 1980 e 65,04% dos migrantes na década. A migração intermunicipal, intra-estadual é grande no Sudeste (73,07% dos migrantes regionais) e diminui no Nordeste (53,92% dos migrantes regionais).

## MOBILIDADE INTER-REGIONAL

Analisando-se os fluxos migratórios inter-regionais, confirma-se o Sudeste como re-



gião pólo de atração principal, já que para lá se dirigiram 54,28% dos fluxos inter-regionais (Tabela 7). Apenas 2,13% da população regional saiu do Sudeste, dirigindo-se sobretudo ao Centro-Oeste (quase 470 mil migrantes inter-regionais, Tabelas 7 e 11). Cerca de 3 milhões de pessoas oriundas de outras regiões vieram ao Sudeste, durante os anos 70. Esta cifra, somada aos 1.428.824 oriundos dos próprios estados do Sudeste que se locomoveram intra-regionalmente, faz desta região indubitavelmente o maior pólo de atração do espaço nacional (Tabela 10).

Outra grande receptora de migrantes é a Região Centro-Oeste, que recebeu mais de 1 milhão de oriundos de outras regiões, 20,83% do total de migrantes inter-regionais (Tabela 7). Mais de 15,12% da população do Centro-Oeste em 1980 era composta de imigrantes na década (Tabela 12). O perfil origem-destino migratório do Centro-Oeste difere bastante do Sudeste: 49,55% dos imigrantes para o Centro-Oeste vieram do Sudeste, enquanto que o Sudeste absorve majoritariamente oriundos do Nordeste (1.785.807 procedentes do Nordeste, mais de 70% dos migrantes que tiveram o Sudeste como destino). O Sudeste absorveu também quase 900 mil procedentes da região Sul (Tabela 7). Concluindo, a Região Sudeste foi a grande absorvedora de migração e os fluxos migratórios mais intensos na década foram os procedentes do Nordeste e do Sul.

A Região Norte começa a atuar como frente de expansão (12,63% dos migrantes inter-regionais para lá se dirigiram durante a década). Percebe-se também que 11,77% da população do Norte em 1980 é constituída por imigrantes decenais oriundos de outras parcelas do território nacional (Tabela 12). Pouca gente saiu do Norte nos anos 70 (2,02% dos seus moradores, Tabela 11). Rondônia chega a ter 58,35% da sua população em 1980 constituída de imigração recente (Tabela 13). A Região Norte absorveu mais de 250.000 procedentes do Nordeste, o que representa 37,12% do total de imigrantes que recebeu. Cabe lembrar que, apesar disso, não se pode afirmar que o Norte está conseguindo "desviar" os fluxos "nordestinos" com grande eficácia: isto representa apenas 10,59% dos quase 2,5 milhões de oriundos do Nordeste que deixaram sua região na década (Tabela 7).

Na Região Sul é nítida tanto a mobilidade intermunicipal como o esvaziamento territorial. Pela Tabela 11, 7,06% da população sulista saiu da sua região nos anos 70. A migração intra-estadual é intensa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, que conservam respectivamente 80,76% e 71,48% dos seus migrantes intermunicipais, enquanto que 40% dos migrantes paranaenses abandonaram seu estado (dos 1,28 milhões de paranaenses que emigraram para outros estados, mais de 800 mil tiveram como destino o Sudeste e mais de 236 mil a Região Centro-Oeste, 62,55% e 18,41% do total de emigrantes respectivamente, Tabela 10).

A Região Sul como um todo perdeu mais de 1,3 milhões de pessoas, que tiveram padrão migratório semelhante aos emigrantes do Paraná: destinaram-se sobretudo ao Sudeste (quase 900 mil, 65,93% do total de emigrantes) e ao Centro-Oeste (quase 300 mil, 21,90% do total de emigrantes, Tabela 7).

A Região Nordeste configura-se também como região de evasão populacional: 6,96% de sua população saiu durante a década (Tabela 11). Quantificando a migração, quase 2,5 milhões de procedentes do Nordeste deixaram esta região na década, indo fixar-se sobretudo no Sudeste (1,8 milhões, 73,65% dos emigrantes procedentes do Nordeste). Embora o fluxo Nor-

deste-Sudeste seja a trajetória mais freqüente na dinâmica espacial da população brasileira, não são desprezíveis as levas de procedência do Nordeste dirigindo-se ao Centro-Oeste (14,32% dos emigrantes “nordestinos” inter-regionais na década) e ao Norte (10,59% dos emigrantes inter-regionais decenais. Tabela 7).

Resumindo o que foi observado a nível regional:

- a) O Sudeste aparece como depositário dos maiores fluxos migratórios, sobretudo do Sul e do Nordeste;
- b) O Centro-Oeste consegue “atrair” 20% dos fluxos inter-regionais, funcionando inclusive como “escape” para o Sudeste (lembrar os 470 mil procedentes do Sudeste que foram para o Centro-Oeste);
- c) O Norte começa a atuar como frente de expansão, absorvendo 12,63% dos fluxos inter-regionais. Na sua composição imigratória destacam-se os “nordestinos” (37,12% dos imigrantes, Tabela 7);
- d) O Nordeste continua como área de evasão populacional, fornecendo mão-de-obra para o Sudeste e iniciando fluxos mais modestos para o Norte e Centro-Oeste; 35,07% das pessoas que mudaram de residência durante a década saíram da região (Tabela 8);
- e) O Sul mudou na última década, passando a ser também área de evasão e perdendo população para o Centro-Oeste e para o Sudeste, principalmente.

#### **MOBILIDADE INTRA-REGIONAL**

Outra informação interessante referindo-se aos fluxos migratórios é sobre a mobilidade entre os Estados de uma mesma região. Esta mobilidade, como já foi dito, está longe de ser desprezível quantitativamente: mais de 3 milhões de brasileiros locomoveram-se interestadualmente dentro da sua própria região de procedência (Tabela 8).

O montante, tanto em números absolutos como relativos, varia regionalmente. Na Região Norte, entre os 229 356 habitantes que mudaram de estado de residência na década, 48,22% (110 604) fixaram-se em estados da mesma região (Tabelas 8 e 9). Este total representa quase 2% da população nortista.

No Sudeste, a grande região receptora, 15,22% das pessoas que mudaram de município de residência na década locomoveram-se para outro estado da mesma região (Tabela 8). O deslocamento intra-regional no Sudeste atinge a cifra de mais de 8,28 milhões de habitantes. Aliás, segundo o informe DPS (Diretoria de População e Social), do IBGE, Serviço de Migração e Urbanização, “do deslocamento de 8,2 milhões de pessoas residentes na Região Sudeste, 3,4 milhões se destinaram às regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo”. Dos 2,5 milhões de procedentes do Sudeste que mudaram de residência na década-



da, 1,4 milhão se alocou em unidades da federação da própria região. Deve-se notar a diferença entre os estados do "núcleo industrial" – Rio de Janeiro e São Paulo – que atraem e retêm população e os que compõem áreas tradicionais de emigração – Minas Gerais e Espírito Santo. A Tabela 13 mostra que cerca de 9% da população de Minas Gerais abandonou o estado na década. O Espírito Santo apresenta leve indício de reversão da tendência expulsiva, já que 8,38% de sua população é composta de imigrantes que lá entraram durante os anos 70. Além disso, do total de 498.304 habitantes do Espírito Santo que saíram dos seus municípios de residência anterior, na década 70/80, 65,04% (324.108) ficaram no próprio estado. Esses índices diferem dos de São Paulo e Rio, onde 83,77% e 70,36% da população migrante mudou de município de residência dentro do próprio estado. (Tabela 14).

Para as outras três grandes regiões brasileiras, o panorama da migração interestadual, intra-regional se modifica. Assim as regiões Nordeste e Sul conservam um percentual bem menor dos seus migrantes interestaduais: dos 3.185.715 procedentes do Nordeste que mudaram de estado durante a década, menos que um quarto (23,89%) fixou residência em outros estados nordestinos. De forma equivalente, dos quase 2 milhões de pessoas procedentes do Sul que mudaram de estado de residência na década, pouco mais de 460 mil (25,78%) fixaram-se no Rio Grande do Sul, Paraná e/ou Santa Catarina. (Tabela 10).

A região Centro-Oeste situa-se em patamar intermediário. Retém menor proporção dos migrantes interestaduais que o Norte e o Sudeste, mas mais que as duas grandes áreas de expulsão, Nordeste e Sul. Assim, dos 776.575 migrantes interestaduais com origem no Centro-Oeste, 35,52% (275.848) mudaram-se dentro dos estados da região, quantia equivalente a 3,66% da população regional e a 14,35% do total de migrantes (Tabelas 8 e 10).

## MOBILIDADE INTERESTADUAL

Analisando a Tabela 13, algumas unidades da federação distinguem-se como locais de imigração:

- no Norte, Rondônia e Roraima;
- no Sudeste, São Paulo;
- no Centro-Oeste, Mato Grosso e o Distrito Federal.

Os estados do Nordeste são nitidamente de emigração, assim como o Paraná, no Sul.

A movimentação populacional nos estados do Centro-Oeste é notável, sendo característica de todos os estados da região. Exemplificando: 184.161 pessoas saíram do Mato Grosso do Sul nos anos 70, 13,44% de sua população; em compensação 19,5% do seu total populacional é composto de imigrantes que lá chegaram na década. Entre os que saíram, 45,11% dirigiram-se ao Sudeste, 18,45% ao Norte e 23,06% a outros Estados da região (Tabela 10).

O volume de pessoas que saíram de Goiás na década é grande: 338.854 habitantes, 8,78% da população goiana, dirigindo-se para o Norte (23,30%), Sudeste (27,28%) e para ou-

tros estados do Centro-Oeste (40,84%). Goiás já acusa sinais de saturação, com apenas 9,33% da sua população em 1980 constituída de imigrantes, proporção baixa quando comparada com a de Mato Grosso (27,80%), Distrito Federal (39,63%) e mesmo Mato Grosso do Sul (19,95%) (Tabela 13).

A análise mais detalhada dos estados do Centro-Oeste justifica-se, dado que se está tentando verificar o que aconteceu com as zonas de expansão populacional dos anos 60. Dentro disso é que se insere a análise de Goiás, que apresentou declínio importante na taxa de crescimento (de 4,36% para 2,76%, sendo que a taxa anual de crescimento rural, de 2,44 nos anos 60, torna-se negativa nos anos 70. Tabela 1). O saldo migratório goiano é praticamente nulo, e seus migrantes procuram outros estados.

Martine (1985:81) comenta que os ciclos atração-estagnação-empulsão, em áreas de fronteira, estão se encurtando. "Ou seja, o período de expansão eufórico do Paraná durou mais que o do Centro-Oeste e Maranhão; por sua vez, o ciclo amazônico já demonstra claros sinais de fechamento, apenas 10-15 anos após sua instauração".

O volume de pessoas que tiveram como destino o Norte, entretanto, nada tem de desprezível: quase 700 mil migrantes para lá foram. É inegável que a configuração litorânea da população brasileira se alterou, e a interiorização populacional proporcionou a integração de mercados regionais, mediante criação de pólos urbanos, construção de estradas e infra-estrutura energética. Aguardemos o Censo de 1990 para mensurar os movimentos populacionais nos estados do Norte e comprovar a hipótese corrente que a concentração populacional no Sudeste irá continuar.

## **PERFIL DA URBANIZAÇÃO – A DINÂMICA DAS CIDADES**

### **Histórico**

Ao analisar-se o processo de urbanização no Brasil, percebe-se que ele se modifica ao longo do tempo, dentro do processo histórico da urbanização da sociedade como um todo. Na época colonial, as cidades surgiam como pontos de saída de produtos de exportação e atuavam também como locais de entrada para as mercadorias da metrópole.

Até o início dos anos 50, a rede urbana brasileira e o sistema de transporte apresentaram o tradicional desenho em forma de pés de galinha: em cada região, uma cidade junto ao litoral ou próxima a ele polarizava as demais como ponto convergente de todos os caminhos. Esta estrutura territorial permaneceu após a independência política, enquanto perdurou o modelo primário de exportações, com seus ciclos produtivos de monoculturas de açúcar, algodão e café.

Farret (1985:21) comenta que mesmo assim houve, a nível regional, no começo deste século, um apreciável sistema de cidades-pólo. "As cidades constituíram-se no mercado para a primeira onda de industrialização decorrente da substituição de importações". Até 1930, a inc-



xistência de políticas territoriais explícitas não impedia o Estado, até então representante das oligarquias agro-exportadoras, de reforçar a tendência ao desequilíbrio regional vigente, através de políticas de subsídio à agricultura e à infra-estrutura física e econômica. O capital extraído das atividades rurais fluía para as cidades, que se desenvolveram como centros administrativos e locais de moradia da classe produtora rural.

“Ao final do primeiro quartel deste século aparecem as raízes do segundo estágio de desenvolvimento do capitalismo agro-exportador brasileiro.” (Farret, 1985: 21). A Revolução de 1930 pode ser entendida como um movimento contra a oligarquia rural do café. Mas Welfort (1970) já nota que, longe de ser a “revolução burguesa”, o movimento de 30 foi uma reforma que associou os interesses da indústria e do café, lançando as bases para o “pacto populista” que prevaleceu entre 1930 e 1964.

Após pequeno período de coexistência entre a burguesia industrial e a oligarquia rural, começou um período de nítida hegemonia da primeira. São Paulo torna-se o centro da economia nacional, tendo o Rio de Janeiro como complementar; o Nordeste aparece como fornecedor de mão-de-obra e o Centro-Oeste e o Norte como fronteiras agrícolas não ocupadas.

A emergente economia industrial coloca novos padrões de urbanização, através de integração econômica, intensificação do intercâmbio entre regiões, desenvolvimento do mercado nacional. Como coloca Oliveira (1980: 70), muda-se “de uma economia fragmentada em economias regionais para uma economia nacional regionalmente localizada”, polarizada pelo Sudeste, com divisão de trabalho inter-regional promovendo a urbanização acelerada do País.

Os planos de desenvolvimento industrial exigiram a unificação do mercado interno e sua articulação. Foram assim criadas novas vias não mais convergindo para o litoral a serviço apenas de um Setor de Mercado Externo, mas interligando os mercados regionais (vias Dutra, Rio-Bahia, São Paulo-Porto Alegre, entre outras). Começa a surgir um novo tipo de rede urbana, embora ainda com traçado marcado severamente pelo anterior.

Nos anos 50, a divisão espacial do trabalho no Brasil refletia-se numa metrópole nacional (São Paulo), outra regional (Rio de Janeiro), uma periferia dinâmica (desde parte do Rio Grande do Sul até o sul de Minas), uma periferia de crescimento lento (parte de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo), uma região periférica em decadência (Nordeste e parte do Norte) e regiões inexploradas (Centro-Oeste e Norte).

“As cidades ligadas às atividades agromercantis propiciaram, nesta ocasião, tamanhos de mercado compatíveis com a industrialização efetivada pela substituição de importações” (Schmidt e Farret, 1986: 17). O processo de localização e concentração das indústrias vai surgir nos centros urbanos com certa densidade populacional e facilidades administrativas ligadas à exportação.

Com a posterior consolidação de um mercado nacional, as unidades produtivas tenderam a localizar-se no Sudeste, perto do mercado potencial, especialmente no triângulo São Paulo, Rio e Belo Horizonte.

Como afirmam Schmidt e Farret, em termos espaciais, duas conclusões podem ser ti-

radas: primeiro, o crescimento dinâmico do Sudeste – que vai se refletir no seu índice de urbanização atual (72,39% em 1970 e 82,82% em 1980, Tabela 18) e até mesmo no seu número de municípios, sensivelmente maior que nas outras regiões desde 1950 (Tabela 15) – foi parcialmente subsidiado pelo resto da Nação, uma vez que a política de substituição de importações obrigava o resto do país a comprar produtos nacionais (diga-se do Sudeste) a preços mais caros que muitos produtos estrangeiros; segundo, o papel do Estado, incentivando a aplicação de capitais estrangeiros através do Plano de Metas 1956-1961, acentuou o desequilíbrio regional, já que estes mesmos capitais concentravam-se nas regiões Sudeste e Sul.

Em compensação, o Plano de Metas, ao colocar também a construção de Brasília, marca um período de migração para o Centro-Oeste e uma tentativa de rearticular o sistema urbano nacional. É o início da “marcha para o oeste”, durante a década de 50.

A população brasileira entra em franco processo de urbanização. Depois de 1940 observa-se um aumento contínuo da participação da população urbana no total: em 1950, computava-se 36,16% da população vivendo em sedes de municípios ou de distritos (definição oficial de “urbano” aplicada pelo IBGE); em 1960 esta porcentagem passa para 45,08%, para atingir 55,78% em 1970 e 67,59% em 1980. Esta taxa de urbanização é nitidamente maior nos Estados do Sudeste, sobretudo a partir dos anos 70 (Tabela 18).

### **Tendências recentes**

Ao mesmo tempo que se urbaniza, a população brasileira tende a concentrar-se em aglomerações de maior porte – regiões metropolitanas, capitais regionais e cidades de porte médio, enquanto que as cidades de menor porte tendem a uma sensível redução em seu número. De fato, se em 1970 existiam 72,75% do total de municípios com até 20 mil habitantes, em 1980 este percentual passou a 68,38%; em compensação, os municípios com mais de 100 mil habitantes, que somavam 94 em 1970, em 1980 irão somar 142 (Tabela 16). Se em 1960 existiam apenas duas metrópoles nacionais – Rio de Janeiro e São Paulo, com população superior a um milhão de habitantes, essa situação se alterou substancialmente num período de 20 anos, constatando-se em 1980 a existência de 9 regiões metropolitanas, que reúnem cerca de 29% da população brasileira e 42% da população nacional (Tabela 19).

A Tabela 15 mostra que o número de municípios brasileiros cresceu em 218,79% num período de 33 anos. É interessante observar que entre 1950 e 1960 o maior crescimento do número de municípios ocorria no Centro-Oeste, mostrando a tão decantada “marcha para oeste”, que já estava se dando antes e que se intensificou com a construção de Brasília; já entre 1970 e 1983, a Região Norte é a que apresenta maior número de municípios novos, 46,15% a mais em 1983 do que em 1970.

Em relação à tendência de concentração populacional em centros de maior porte, é importante ressaltar que em todas as regiões brasileiras cresce o número de localidades com população superior a 100 mil habitantes. Embora lembrando que a definição oficial, que inclui como urbana todas as sedes de municípios e distritos, tende a superestimar a chamada população urbana, as taxas de crescimento urbano, nas duas últimas décadas estudadas pelos Censos, têm sido superiores às taxas de crescimento da população total em todas as regiões brasileiras



(Tabela 1). As localidades com mais de 100 mil habitantes, que reuniam 15,4% da população nacional em 1950, vão reunir 42,5% em 1980 (Tabela 17).

Em termos da geração do Produto Interno Bruto nacional é importante lembrar que "a participação do setor urbano no PIB evoluiu de pouco mais de 54% em 1920 para quase 71% em 1970, estimando-se que esta participação suplante os 75% em 1980. Dentro desse processo, a participação da indústria na renda urbana vem crescendo de maneira lenta porém contínua, passando de pouco mais de 28% em 1940 para 32% em 1950, 36,5% em 1960 e 38,7% em 1970. Esses dados evidenciam o processo de liderança da indústria no crescimento econômico e na urbanização". (Tolosa, 1973: 591):

Entretanto, o desenvolvimento industrial e a modernização dos equipamentos e dos processos produtivos não ocorreu, como já é sabido, de maneira homogênea em todo o território nacional.

As mudanças se concentraram em algumas regiões e alguns núcleos, alterando a partir daí o perfil da urbanização. Os demais núcleos componentes da rede urbana brasileira permaneceram com os padrões anteriormente existentes, apresentando agora a rede urbana uma nova situação pelo surgimento de alguns pólos nacionais, macroregionais e metropolitanos.

"A economia brasileira experimentou um crescimento realmente espetacular ao longo das últimas décadas. As transformações estruturais que se verificaram nesse período caracterizam a passagem de uma economia agrícola atrasada a uma economia capitalista industrial. Obviamente, as modificações na estrutura ocupacional são um importante aspecto dessa transformação, com um crescimento notável do emprego nas atividades modernas da economia. Entretanto, a economia está muito longe de conseguir sequer um arremedo de homogeneidade. Grandes "manchas" de atraso subsistem ao lado de crescentes "novas manchas" de marginalidade". (Souza, 1980: 25).

Por estas razões, é interessante uma breve referência quantitativa: o percentual da força de trabalho empregada no setor primário da economia passou de 64,4% em 1940 para 60,1% (1950), 53,7% (1960), 44,3% (1970) e 29,8% (1984). Do outro lado, assistiu-se a um crescimento do setor secundário, nesses 43 anos, de mais de 5% ao ano, sendo que o percentual da força de trabalho empregada no secundário subiu de 11,1% em 1940 para 17,9% em 1970 e 21,8% em 1984 (3).

Entretanto, também as atividades urbanas de baixa produtividade, sobretudo algumas alocadas no setor terciário, como serviços domésticos, reparação de roupas, alojamento e outras, tiveram sua participação muito aumentada. O pessoal ocupado no terciário como um todo cresceu no Brasil a uma taxa de 4,05% ao ano; representava 24,5% da força de trabalho em 1940 e 37,8% em 1980 (dados de Souza, 1980). Dados do PNAD-1984, citados em Jaguaribe (1986) dão a cifra de 45,3% da população empregada trabalhando no terciário. No período 50-70 o serviço doméstico remunerado cresceu a ritmo de 5,2% ao ano (Osório de Almeida, 1976).

Além disso, a economia brasileira apresenta visíveis e já conhecidas disparidades re-

gionais: no Nordeste, a força de trabalho empregada na agricultura decresceu, entre 1940 e 1970, 16 pontos percentuais (de 78,5% para 62,5%). Em 1970, 35% da força de trabalho do Sudeste estavam ocupados na agricultura – declínio percentual de 25 pontos a partir de 1940 (60,2% para 34,8%). “Essa evolução da estrutura setorial da força de trabalho por regiões indica que o crescimento e a mudança estrutural foram mais rápidos no Sudeste (Knight e Moran, 1981: 31). Da perda percentual de 16 pontos na parcela da força de trabalho ocupada na agricultura no Nordeste, 13 pontos foram ganhos pelo terciário (que passou de 13,9% para 26,8% em 1970), ao passo que da perda de 25 pontos na percentagem da mão-de-obra do Sudeste ocupada na agricultura, 15 pontos foram ganhos pelo setor serviços (que absorvia 23,7% da força de trabalho em 1940 e 38,3% em 1970) e o resto pela indústria (com 15,9% da força de trabalho em 1940 e 25,3% em 1970). Isso mostra a concentração industrial na Região Sudeste, que perdeu nos anos 70.

Dados de Ronca (1983: 141) mostram o enorme percentual que o setor terciário ocupa na PEA (População Economicamente Ativa) nas regiões metropolitanas. Em 1970, essa cifra atingia mais de 70% em todas elas, com exceção de São Paulo, onde era 60%. Nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife e Salvador a percentagem de pessoas empregadas no terciário era de 74,23%, 71,85%, 78,25% e 74,04%, sendo que em 1970 o percentual de desempregados atingia respectivamente 2,17%, 3,44%, 4,24% e 2,53%. Estas informações apontam para a grande contribuição do terciário na urbanização das regiões metropolitanas menos avançadas tecnologicamente.

A rede urbana dos anos 80 corresponde, grosso modo, a um projeto que primeiro concentrou os fatores de desenvolvimento em alguns pontos do espaço nacional para em segundo lugar implementar um plano de integração e ocupação do território brasileiro, ocupando o Centro-Oeste e o Norte, interligando mercados regionais e procurando criar áreas e pontos de dinamização.

## **METROPOLIZAÇÃO: ASPECTO MARCANTE DA NOVA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL**

Nos últimos anos, ao lado do crescente fenômeno da urbanização, vem se acentuando o número de pessoas que buscam as regiões metropolitanas como área de destino. Na década 70-80 o crescimento metropolitano apresentou uma taxa de 3,78% ao ano, suplantando o incremento nacional de 2,48% anuais. Deve-se notar, entretanto, que as taxas de crescimento urbano têm sido sistematicamente maiores que as taxas metropolitanas: 4,44% anuais entre 1970 e 1980 e 5,16% ao ano na década anterior, contra 3,82% e 4,70% das regiões metropolitanas para o mesmo período (Tabela 1 para taxas urbanas e Tabela 19 para metropolitanas).

A participação de praticamente todas regiões metropolitanas na população estadual aumentou em 1970 e 1980 (Tabela 20, Belém figura como exceção). Assim, apesar das taxas de crescimento da população urbana como um todo superarem a da população metropolitana, o peso das metrópoles se faz sentir, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde a população metropolitana alcança 79,83% e 50,27% de cada Estado, respectivamente. Em



Pernambuco, a Região Metropolitana do Recife é quase 40% da população estadual, mostrando também concentração na metrópole.

Outro dado importante é a própria estruturação das regiões metropolitanas. Analisando o espaço intrametropolitano, vê-se um rumo à "periferia" (4): o peso relativo do município central diminuiu, com intensidade variável em todas elas (Tabela 21). No Estado de São Paulo, por exemplo, "além dessa tendência para o crescimento da atividade industrial em torno da cidade de São Paulo, em sua respectiva área metropolitana, dá-se, no início da década de 60, um processo de descentralização industrial para os municípios próximos à área, onde, de modo concomitante, assiste-se a um rápido incremento do processo de urbanização" (Ronca, 1983: 133).

Esse processo de descentralização industrial, que ocorre também com menor intensidade no Rio de Janeiro, induz à formação de um *continuum* "macro-metropolitano", semelhante ao fenômeno americano observado entre San Francisco e San Diego, na costa oeste, e Boston e Washington, na costa atlântica. No Vale do Paraíba se assiste, a partir dos anos 60, a um crescimento urbano e industrial significativo: São José dos Campos, Taubaté, Aparecida, Guaratinguetá, no lado paulista e Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, no lado fluminense. Muitos urbanistas prevêem, dessa forma, ao lado do crescimento metropolitano, o possível surgimento de uma conurbação entre as duas grandes metrópoles nacionais (PMDI, 1971 e Rattner, 1972).

A Tabela 19 mostra que, apesar da taxa de crescimento da população metropolitana decrescer entre os anos 60 (4,70 % anuais) e os anos 70 (3,78% anuais), padrão que acompanha as taxas decrescentes para população urbana e população total do Brasil, a participação relativa da população metropolitana no total do país passou de 21,50% em 1960 para 25,50% em 1970 e 29,00 em 1980. Representam 40,96% da população urbana brasileira e responsabilizam-se por 41,39% do diferencial populacional entre 70 e 80.

"A concentração da produção se mostrou porém mais acentuada que a populacional. Em 1975, o total de pessoal ocupado na indústria nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro foi de 1.616.004, representando mais de um terço do total nacional e um crescimento superior a 400 mil pessoas entre 1970 e 1975. Sozinho, o Estado de São Paulo apresentou mais de 50% do valor da produção industrial do país, enquanto o Nordeste, com mais de 25% da população brasileira, contribui apenas com 10% daquele valor" (Davidovich, 1984: 19).

Segundo dados do Censo Industrial de 1975 (citados em Geiger, 1985: 15), as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo aglutinaram 48,8% do valor da transformação industrial do Brasil, deixando para as outras áreas metropolitanas 11,6%. Assim, 60,40% do VTI (Valor de Transformação Industrial) brasileiro era produzido pelo 28,36% da população habitando em metrópoles.

Percebe-se que o maior volume dos investimentos privados e governamentais se dá na Região Sudeste, e, dentro dela, na região metropolitana de São Paulo. A Grande São Paulo reunia, em 1980, "36% do pessoal ocupado no parque manufatureiro do País, 46% do total de

salários, 40% do valor de transformação industrial e dos investimentos de capital na indústria, concentrando 70% do valor de transformação dos ramos de material de transporte e elétrico, 60% dos produtos farmacêuticos e plásticos, 55% do referente à indústria mecânica, além da presença significativa em quase todos os outros ramos fabris” (Kowarick e Campanário, 1985: 9).

Entre as duas regiões metropolitanas do chamado “núcleo industrial” (Martine, 1984) São Paulo é, sem sombra de dúvida, a mais dinâmica: a taxa de crescimento da população da Grande São Paulo foi, na década 70-80, de 4,46% ao ano, tendo atingido, na década anterior, o valor de 5,53% anuais, enquanto que no Grande Rio as taxas dos anos 70 e 60 foram de 2,45% e 3,66% respectivamente. Na Tabela 19 observa-se que a população do Grande Rio era superior à da Grande São Paulo em 1960. A partir dessa data, perdeu algumas características que o qualificavam como importante ponto de convergência. Se bem que no início do século a atividade industrial lograsse assumir um papel importante, prevaleceram no Rio de Janeiro as especializações terciárias como administração, comércio e prestação de serviços. Com a mudança da capital para Brasília, o setor administrativo perdeu um pouco do seu dinamismo e sem um parque industrial capaz de compensar a diminuição do ritmo econômico, o Rio de Janeiro entrou na década de 60 com crescimento mais modesto.

Historicamente, como foi visto, enquanto o setor privado localizava preferencialmente em São Paulo seu aparato produtivo, o poder público elegia o Estado do Rio de Janeiro e sua área metropolitana como outra área de concentração (Geiger, 1956). Na cidade do Rio de Janeiro foram localizadas, entre outras, as sedes da Cia. Siderúrgica Nacional (1941), da Vale do Rio Doce (1942), da Hidrelétrica do São Francisco (1945), assim como usinas estatais foram localizadas no Estado do Rio de Janeiro, como Volta Redonda (1941), a Fábrica Nacional de Motores (1943), a Fábrica Nacional de Alcalis (1943) (Geiger, 1985: 2 e 3). Entretanto, o novo padrão de acumulação industrial, consolidado em menos de 15 anos a partir de 1958, convergiu para São Paulo, dado que a região dispunha de uma rede de serviços e infra-estrutura urbana relativamente bem provida, além de indústrias que poderiam fornecer insumos necessários a conglomerados fabris que se implantavam. “Além disso, nela se apresentavam boas vantagens de localização, proximidade de mercados consumidores e oferta de mão-de-obra, inclusive especializada, fator de crucial importância para fazer gerar um sistema produtivo que avançava no sentido de apresentar, do ponto de vista tecnológico e organizacional, as características de um capitalismo moderno” (Kowarick e Campanário, 1985: 8). A participação do município do Rio de Janeiro no emprego industrial do País caiu de 13,35% em 1950 para 11,30% em 1969, enquanto que a de São Paulo aumentou de 19,65% em 1950 para 34,84% em 1969 (Ronca, 1983: 127). O dinamismo populacional de São Paulo é evidenciado também pela absorção de migrantes recentes: 26,61% da população metropolitana paulista é composta por migrantes na década, enquanto que 14,52% da população do Grande Rio compõe-se de pessoas na mesma situação (Tabela 23).

Em todas as regiões metropolitanas as taxas de crescimento da chamada “periferia” (municípios que não o município central – ver nota no final do trabalho), são maiores que as do município-sede (Tabela 22). A Tabela 24 mostra o percentual dos migrantes para cada região metropolitana que se dirigiu ao município-sede. Percebe-se que nas R.M. do núcleo industrial a migração vai preferencialmente para a “periferia”. Em São Paulo, já em 1970, o Censo de-



monstrou que 47,96% do total de residentes no município eram não naturais da Capital, enquanto que para a Grande São Paulo essa proporção era de 52,91%, indicando já provável desvio da migração da capital para os outros municípios da região metropolitana. Aliás, as 12 cidades da Grande São Paulo com dinamismo industrial (5), que em 1950 participavam com 3,56% do emprego industrial do País, em 1969 já participam com 11,19% (Ronca, 183: 132). Assim, grande parte dos migrantes continua se dirigindo aos municípios periféricos, que crescem a uma taxa de 6,33% anuais, comparada à taxa de 3,67% a.a. da capital (Tabela 22).

A capital paulistana teve um crescimento médio de 5,32% ao ano, no período 1872-1980, sendo que entre 1890 e 1900 este crescimento foi de 14,0% ao ano. Entre 1920 e 1940 a taxa reduziu-se a 4,28% ao ano, para nos 20 anos seguintes subir a 5,33% e entre 60 e 80 reduzir-se a 4,13% ao ano.

Este elevado crescimento deve-se à intensa migração para a cidade, motivada pela procura de melhores empregos. Segundo o Plano Diretor (São Paulo, 1985: 49) essa corrente migratória apresentou duas características distintas. Numa primeira etapa, o avanço da cafeicultura, a eliminação do trabalho escravo e a política de migração exerceram forte atração sobre a mão-de-obra estrangeira, o que explicaria a taxa de 14% ao ano entre 1890 e 1900 e as posteriores. Em 1920, a participação da população estrangeira na população paulistana atingiu seu ponto máximo (36%).

A partir de 1940, a migração interna substituiu a externa como determinante do crescimento urbano. A taxa anual entre 1940-1960 registrou a cifra de 5,33%, que diminuiu entre 60 e 80 para 4,13%. Além do decréscimo da taxa total, percebe-se também uma diminuição do componente migratório: no período 1940-50, 72% do acréscimo populacional era devido à migração; já no período 60-70 o saldo migratório representou 56,90% do incremento populacional e nos anos 70, 44,42%. Por outro lado, à medida em que se multiplicaram novas indústrias na "periferia" de São Paulo, os contingentes migratórios passaram a se distribuir pelos outros municípios da região metropolitana, de forma que a participação do município central na Grande São Paulo passou de 84,60% em 1940 para 72,77% em 1970 e 67,49% em 1980 (Tabela 21).

Com referência à R.M. do Rio de Janeiro, apenas 38,94% dos migrantes da década fixaram-se no município-núcleo, que cresceu a uma taxa de 1,82% ao ano, enquanto que a taxa da "periferia" foi de 3,32% anuais (Tabela 22). A Grande Rio já representava, em 1970, 78,74% da população estadual. Em 1980 a situação permanece praticamente estável, com 79,83% (Tabela 20). Alguns municípios da Baixada Fluminense – Nova Iguaçu, com 4,17% ao ano na década 70-80 e São Gonçalo, com 3,64% ao ano – vêm concentrando parcela significativa da população metropolitana.

Dados de Ronca (1983: 141), referentes a 1970, mostram com clareza o diferencial entre a população ocupada das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro: enquanto na Grande São Paulo 56,21% da PEA (População Economicamente Ativa) ocupa-se em atividades terciárias, no Grande Rio este percentual alcança 70,73%.

De uma maneira geral, a dispersão da população nos municípios periféricos aos nú-

cleos das regiões metropolitanas ocorre em função das possibilidades de absorção de mão-de-obra e da localização habitacional. Onde tais possibilidades estão ausentes nos municípios periféricos é maior a concentração no município central.

Aparentemente nos estados onde já havia parque industrial consolidado em torno das áreas centrais, como em Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, conseguiu-se manter, pelo menos até 1980, parte considerável da migração para as áreas metropolitanas alocando-se nos municípios periféricos. Já nos outros o setor serviços absorveu, na medida do possível, as migrações no próprio município-sede. Belém configura-se como caso específico, dado que a taxa de 11,29% ao ano do crescimento populacional da sua "periferia", observado na década de 70/80, deve-se mais à pequena parcela do segmento metropolitano que ali morava em 1970 do que a um real crescimento de sua população.

A forte recessão econômica que atingiu a economia brasileira a partir de 1980 (seus sinais já eram identificados a partir de 1975) repercutiu de maneira drástica nos centros industriais e teve reflexos tanto na distribuição por setores da economia da população economicamente ativa quanto na própria distribuição territorial da população: de um lado, o setor terciário absorvendo, o quanto podia, a mão-de-obra do setor secundário (entre 1976 e 1979 a taxa de crescimento do pessoal ocupado na Grande São Paulo cresceu 5,17% no setor secundário e 6,17% no terciário; entre 1979-1982, essas taxas foram de 0,04% e 4,77%) (6); de outro lado, como as atividades terciárias, sobretudo prestação de serviços, tendem a localizar-se no município-sede, acredita-se que o processo de "periferização" da população metropolitana tenha diminuído seu ritmo. Assim, as dificuldades de locomoção da força de trabalho, cada vez mais alocada em atividades pertencentes ao setor informal da economia urbana, faz com que massas populacionais crescentes abriguem-se em favelas e cortiços dos municípios-sede (sobretudo nas regiões metropolitanas do núcleo industrial). Esse fenômeno reflete-se nas grandes taxas de favelização da população paulistana (Taschner, 1984 e 1986).

Mesmo nas áreas expulsoras de população e com saldo migratório marcadamente negativo na última década, as regiões metropolitanas surgem como "ilhas" de concentração populacional. Isto aconteceu nos Estados do Ceará, onde o percentual da população metropolitana na população cearense aumentou de 23,80% para 29,88% entre 1970 e 1980 (Tabela 20); em Pernambuco, com a região metropolitana do Recife agregando 34,74% da população pernambucana em 1970 e 38,21% em 1980. Na Região Sudeste, um estado expulsor de população como Minas Gerais aumenta o peso relativo da região metropolitana de Belo Horizonte de 13,98% para 18,99%. Na Região Sul, um estado moderadamente expulsor como o Rio Grande do Sul congrega quase 30% da sua população na região metropolitana de Porto Alegre e uma unidade fortemente expulsora de população como o Paraná aumenta a participação populacional da região metropolitana de Curitiba no Estado em aproximadamente 7%, o que corresponde a um acréscimo proporcional de 59%.

Nas metrópoles do Nordeste, Fortaleza e Recife aparecem como grandes pólos de atração regional, alocando respectivamente 52,98% e 67,18% dos que se locomoveram no ou para os respectivos estados (Tabela 25). De outro lado, a região metropolitana de Salvador já não atrai da mesma maneira, dado que apenas 26,72% dos migrantes do interior do estado e de outros estados para lá se dirigiram, tanto que apenas 17,59% da população da Grande Salvador



é composta de migrantes na década, enquanto que em Fortaleza e Recife essas proporções são de 23,01% e 26,81% respectivamente (Tabela 23).

A Tabela 24, entretanto, revela comportamentos diversos dentro dessas regiões metropolitanas nordestinas: enquanto os municípios centrais de Fortaleza e Salvador aglutinam 83,49% e 71,87% da migração metropolitana, em Recife são os periféricos os que recebem maior migração (76,16%). Isso se reflete nas taxas de crescimento anuais observadas na Tabela 22, onde a taxa anual de crescimento do município central de Recife é de apenas 1,27%, comparado com os 4,56% dos outros municípios da região metropolitana.

No Sul, a Grande Curitiba apresenta uma taxa de crescimento de 5,79% ao ano. A taxa se mantém elevada tanto no município-sede como nos periféricos. A população da Grande Curitiba é constituída por 32,67% de migrantes na década (Tabela 23).

Também no Estado do Rio Grande do Sul ( com saldo migratório moderadamente negativo na década), a região metropolitana de Porto Alegre apresenta um papel marcadamente concentrador. De fato, 46,13% daqueles que se locomoveram no e para o Rio Grande do Sul se dirigiram para Porto Alegre, cuja população é constituída por 28,71% de pessoas chegadas entre 70 e 80. Porto Alegre tem o município-sede menos concentrador de migração que Curitiba: naquele, 33,51% dos migrantes para a região metropolitana foram para o município central, enquanto que nesta 64,32% dirigiram-se para a sede (Tabela 24). As taxas da Tabela 22 corroboram o fato, com a "periferia" de Porto Alegre crescendo a taxas bem maiores que o centro.

Retoma-se aqui o papel que os pólos metropolitanos e a concentração urbana vêm desempenhando no País de um modo geral. Davidovich (1984) comenta sobre o crescimento urbano das aglomerações abaixo do nível metropolitano, como Americana (7,40% a.a. entre 70 e 80), Campinas (6,30% a.a.), São José dos Campos (5,20%) e outras. A indústria de bens de produção e de bens intermediários, visando assegurar ao País um crescimento auto-sustentado, explica certamente esse crescimento de aglomerações urbanas em torno da maior metrópole do "núcleo industrial". Será isso uma tendência para o futuro, que assistirá uma "dissolução" da metrópole? Qual será o perfil da rede urbana brasileira no ano 2000?

Por enquanto, a urbanização se acelera, ganhando um novo significado nas formas de concentração (metrópoles) e nas principais sedes regionais. Aumento demográfico, mobilidade populacional e a conquista de novos espaço marcaram a década. Urbanização galopante e migrações intensas. Deteriorização das condições de vida nas metrópoles. Quem habitará amanhã as metrópoles brasileiras? Será, como diz Santos (1985), uma "nova pobreza"?

## ANEXOS

### METODOLOGIA (cálculo dos saldos migratórios)

1. Os dados utilizados, sempre que não houver indicação em contrário, são os publicados nos Censos Demográficos de 60, 70 e 80.

2. Para o cálculo do saldo migratório 1970-1980, seria necessária a distribuição das pessoas não naturais da Unidade da Federação (UF) por tempo de residência na UF, segundo o lugar (UF) do domicílio anterior. No Censo de 1970 estas informações constavam da Tabela 33. Em 1980, nenhuma das tabelas publicadas permite conhecer diretamente o domicílio anterior dos não naturais de cada UF e dessa forma o destino (UF de residência na época do recenseamento) dos migrantes de cada Estado. A única tabela que informa sobre a UF de residência anterior é a 2.9, que enumera os não naturais do município que migraram há menos de 10 anos, segundo o lugar (UF) do domicílio anterior. Correções indicadas por Carvalho (1985) utilizando as tabelas 2.9, 2.7 e 2.5 do Censo Demográfico de 1980 viabilizaram uma estimativa dos migrantes estaduais, permitindo o cálculo do saldo migratório.

3. As tabelas 2.9 incluem:

- A = não naturais da UF, com menos de 10 anos de residência na UF;
- B = não naturais da UF, com mais de 10 anos de residência na UF, embora com menos de 10 anos de residência no município (migração intra-estadual de não naturais da UF);
- C = naturais da UF, mas não naturais do município (migração intra-estadual de naturais da UF); e
- D = naturais da UF, com residência anterior fora da UF (migração de retorno dos não naturais do município).

A Tabela 2.7 enumera os **não naturais do município**, segundo a situação do domicílio anterior (urbano e rural) e o tempo de residência. Em termos de naturalidade da UF dos migrantes e tomando-se apenas aqueles com menos de 10 anos de residência, ela também pode ser representada como sendo a somatória  $A + B + C + D$ , já que abrange o mesmo contingente da Tabela 2.9.

A Tabela 2.5 enumera os não naturais da UF por situação de domicílio anterior (urbano e rural) e o tempo de residência. Em termos de naturalidade (UF) dos migrantes e tomando-se apenas aqueles com menos de 10 anos de residência, ela fornece os não naturais da UF, com menos de 10 anos de residência na UF. Portanto, a Tabela 2.5, com menos de 10 anos de residência, corresponde à parcela A das Tabelas 2.7 e 2.9.

Dessa forma  $2.7 - 2.5 = B + C + D = F$

onde,

F = migração intra-estadual daqueles com mais de 10 anos de residência na UF (B + C) mais a migração inter-estadual de retorno dos não naturais da UF (D).

Em D estão tanto os que tinham residência anterior em outra UF, quanto os de residência anterior no exterior. Perillo (1985) coloca que se impõe considerar a migração de retorno (D) nula, uma vez que não foi publicada nenhuma tabela que permita estimar, direta ou indiretamente, o seu montante. E comenta também que, dentro desse pressuposto, estão dois outros:

- a. a migração internacional de retorno é nula;
- b. a migração de retorno de pessoas com residência anterior em outra UF é nula.



Sendo  $D = 0$ , tem-se que  $2.7 - 2.5 = B + C$ , ou seja,  $F = B + C$

Isto é,  $B + C$  enumera os migrantes com residência anterior na própria UF ( $B$ , os não naturais da UF e  $C$ , os migrante intra-estaduais da UF).

Na Tabela 2.9,  $B + C$  está incluído o montante de migrantes que declararam a própria UF de residência atual (época do recenseamento) como sendo a UF de residência anterior (migração intra-estadual).

Assim, subtraindo-se  $B + C$  do número de pessoas na tabela 2.9 que declararam a própria UF como de última residência, obtém-se os migrantes que entraram na UF durante a década e depois realizaram uma outra etapa migratória, dentro da própria UF (migração intra-estadual). Esses devem ser acrescentados, já que são também imigrantes inter-estaduais na década. Como é desconhecida a UF de residência anterior dessa parcela de migrantes, uma forma seria a sua redistribuição segundo a distribuição conhecida da própria Tabela 2.9. Carvalho (1985; p.42) declara que "passa-se então a conhecer a distribuição dos não naturais da UF, com menos de 10 anos de residência ( $A$ ), isto é, a imigração, segundo a UF de procedência e obviamente, a emigração das outras UFs para a UF em estudo".

Os pressupostos adotados não chegam a invalidar essa estimativa de saldo migratório. O primeiro, anulando a migração internacional de retorno para a UF, não causa grandes distorções para o cálculo da migração interna nos anos 70, já que o fluxo de migração internacional para o Brasil é pequeno. Já o segundo, que considera nula a migração de retorno de pessoas com residência anterior em outra UF, pode introduzir erro, que vai variar com a UF considerada e no momento é insolúvel, porque com os dados publicados é impossível conhecer o montante e o perfil desses migrantes de retorno.

Dessa forma, as estimativas de cálculo dos saldos migratórios utilizados neste artigo e que seguiram a metodologia proposta por Carvalho para utilização direta do censo demográfico, constituem a melhor aproximação possível a partir dos dados publicados.

4. Dado que se possuía uma estimativa de todos os imigrantes na década para cada Estado, através da construção de uma matriz cruzando as informações das 26 UF, pode-se saber não apenas os que chegaram em cada estado, mas o destino (em termos de UF) dos emigrantes. A Tabela 10 resume, por região, o destino dos emigrantes de cada UF.

#### MUNICÍPIOS COMPONENTES DAS REGIÕES METROPOLITANAS

Está se chamando de "periferia" os municípios componentes de uma região metropolitana, excluindo-se seu município central do mesmo nome. Segue-se a relação das regiões metropolitanas e dos municípios que os compõem:

1. Belém (2) Ananindeua, Belém
2. Fortaleza (5) Aquiraz, Caucaia, Fortaleza, Maranguape e Pacatuba
3. Recife (9) Cabo, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista, Recife, São Lourenço da Mata.

- |                   |      |  |
|-------------------|------|--|
| 4. Salvador       | (8)  | Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho, Vera Cruz   |
| 5. Belo Horizonte | (14) | Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Vespasiano.  |
| 6. Rio de Janeiro | (14) | Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João do Meriti.  |
| 7. São Paulo      | (37) | Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeccrica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jquiritiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra.<br>(Após 1980 integrou-se à R. M. de São Paulo o Município de Vargem Paulista) |
| 8. Curitiba       | (14) | Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais.  |
| 9. Porto Alegre   | (14) | Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Viamão.  |

#### NOTAS

1. Como está explicado na Metodologia, refere-se ao último percurso migratório. As correções feitas permitiram introduzir os migrantes inter-regionais que constavam como intra-estaduais. Não permitem corrigir, entretanto, as pessoas da tabela que tiveram mais de uma mudança de município dentro da UF.
2. Entende-se aqui por região os agrupamentos de estados conforme definição do IBGE, que constrói cinco grandes regiões (N, NE, SE, S, CO) compreendendo 22 Estados, 4 Territórios e 1 Distrito Federal, sede do Governo.
3. Dados de Souza (1980) até 1970 e de Jaguaribe (1986) para 1984.



4. Está se chamando de "periferia" os municípios componentes de uma região metropolitana, excluindo-se seu município central do mesmo nome. A listagem das regiões metropolitanas e dos municípios que as compõem encontra-se em anexo no fim do artigo.
5. O ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema), Osasco, Mauá, Guarulhos, Barueri, Franco da Rocha, Mogi das Cruzes, Poá e Suzano.
6. Dados do Plano Diretor do MSP, 1985: 54.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDES, L. 1986. Política Urbana. *Análise e Conjuntura*. B. Horizonte (1) 83-119, jan/abril.
- CARVALHO, José Alberto Magno de. 1985. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* v. 2 nº 1: 31-74.
- DAVIDOVICH, Fany. 1985. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. *Espaço e Debates* nº 13: 12-29.
- FARRET, Ricardo L. 1985. O Estado, a questão territorial e as bases de implantação de Brasília. In PAVIANI, Aldo (org.) *Brasília. Ideologia e Realidade*. Espaço Urbano em Questão. São Paulo, Projeto: 18-25.
- FERREIRA, Igenes Costa Barbosa. 1985. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In PAVIANI, Aldo (org.) *Brasília. Ideologia e Realidade*. Espaço Urbano em Questão. São Paulo, Projeto: 43-56.
- GEIGER, Pedro Pinchas. 1956. Urbanização e industrialização na orla oriental da Baía da Guanabara. *Revista Brasileira de Geografia* 18(4). Rio de Janeiro, IBGE, outubro-dezembro: 495-522.
- GEIGER, Pedro Pinchas. 1985. *Expansão da classe média e do setor público e urbanização no Brasil*. Trabalho apresentado no Simpósio "A Metrópole e a Crise", Instituto de Geografia da USP.
- GRAZIANO DA SILVA, José. 1982. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.
- JAGUARIBE, H. et alii. 1986. *Brasil 2000: para um novo pacto social*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KNIGHT, Peter e MORAN, Richard. 1981 *Brasil, pobreza e necessidades básicas*. Rio de Janeiro, Zahar.

- KOWARICK, Lúcio e CAMPANÁRIO, Milton. 1985. *São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado*. Trabalho apresentado no Simpósio "A Metrópole e a Crise", Instituto de Geografia da USP.
- MARTINE, George e CAMARGO, Lúcio. 1984. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista Brasileira de Estudos de População* nº 1, nº 1/2: 99-144.
- MARTINE, George. 1985. O significado demográfico da fronteira agrícola. *Espaço e Debates* nº 13: 74-83.
- MULLER, Geraldo. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. *Revista de Economia Política* 2 (2): 47-77.
- OLIVEIRA, Francisco de. 1980. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal (3ª. ed.).
- OSÓRIO DE ALMEIDA, A. L. 1976. *Labour market, dualism and industrial subcontracting of low skill service workers in Brazil*. Ph. D Thesis, Stanford University.
- PERILLO, Sonia Regina. 1985. Aplicações metodológicas para estimar a migração no Estado de São Paulo no período intercensitário. 1970/80. *Informe Demográfico* nº 16. São Paulo, SEADE: 15-37.
- RATTNER, H. 1972. Urbanização e concentração industrial em São Paulo. Desequilíbrios regionais no desenvolvimento urbano industrial brasileiro In: *Industrialização e concentração econômica em São Paulo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas: 22-61.
- RONCA, José Luiz Caruso. 1983. Metropolização e Desenvolvimento no Brasil. In: BRUNA, G. C. (org.) *Questões de organização do espaço regional*. São Paulo, Nobel e EDUSP: 121-150.
- SANTOS, Milton. 1985. Novo espaço, nova urbanização. Apresentação em *Espaço e Debates* nº 13.
- SÃO PAULO, Estado. 1971. Secretaria da Economia e Planejamento. GEGRAN. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado*. PMDI. São Paulo, GEGRAN.
- SÃO PAULO, Município. 1985. Secretaria Municipal do Planejamento. *Plano Diretor do Município de São Paulo: 1985-2000*. São Paulo, SEMPLA. Série Documentos.
- SCHMIDT, B. e FARRET, R. 1986. *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SINGER, Paul. 1982. Crescimento econômico e distribuição da população. *Revista de Economia Política* 2 (3).



- SOUZA, Paulo Renato. 1980. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo, Hucitec e UNICAMP.
- TASCHNER, S. Pasternak. 1984. A cidade que virou favela. *Espaço e Debates* nº 12, Ano IV: 37-65.
- TASCHNER, S. Pasternak. 1986. Favelas, fatos e políticas. *Espaço e Debates* nº 18, ano IV: 79-105.
- TOLOSA, Hamilton. 1973. Macroeconomia da urbanização brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico* nº 3, vol. 3: 585-644 (Número Especial dedicado ao desenvolvimento urbano).
- WEFFORT, Francisco. 1970. State as mass in Brazil In: HOROWITZ, I. (ed.) *Mass in Latin America*. New York, Oxford University Press.

ABSTRACT — Using census data, this paper analyses some of the elements of the Brazilian spatial redistribution of population during the last decade. Special attention is given to the main migration flows, the inter-regional exchanges and the increasing population concentration process. A great territorial mobility is observed: more than 20% of the Brazilian population moved from this city of dwelling and more than 7% changed their state of residence. With the exception of the Northern and the industrial South Eastern states, the others presented negative migration balances. The data shows a great residential mobility, increasing urbanization and intense migrations. In the last few years, in addition to the urbanization, the metropolization process is increasing and the emergence of a megalopolis in the South East is evidenced. The paper tries to compare the growing patterns of the main city and their peripheral cities in the nine Brazilian metropolitan areas.

TABELA 1  
Taxas Geométricas de Crescimento Populacional Anual (60/70 e 70/80),  
Por Estado e Região (Em Porcentagem)

Estados	Taxa Geométrica de Crescimento Anual					
	Urbana		Rural		Total	
	60/70	70/80	60/70	70/80	60/70	70/80
<b>Brasil</b> . . . . .	<b>5,16</b>	<b>4,44</b>	<b>0,69</b>	<b>-0,62</b>	<b>2,93</b>	<b>2,48</b>
<b>Região Norte</b> . . . . .	<b>5,28</b>	<b>6,44</b>	<b>2,09</b>	<b>3,70</b>	<b>3,40</b>	<b>5,02</b>
Rondônia . . . . .	6,88	14,39	2,66	17,69	4,69	16,03
Acre . . . . .	5,87	8,34	2,21	0,81	3,09	3,42
Amazonas . . . . .	5,54	7,76	1,40	0,43	2,94	4,12
Roraima . . . . .	3,44	10,80	3,61	2,66	3,54	6,83
Pará . . . . .	5,06	5,02	2,28	4,25	3,49	4,62
Amapá . . . . .	5,89	5,21	4,55	3,26	5,26	4,36
<b>Região Nordeste</b> . . . . .	<b>4,52</b>	<b>4,10</b>	<b>1,14</b>	<b>0,53</b>	<b>2,41</b>	<b>2,16</b>
Maranhão . . . . .	5,43	5,25	0,97	2,04	1,91	2,93
Piauí . . . . .	6,26	5,28	1,80	0,82	3,01	2,44
Ceará . . . . .	4,90	4,67	1,68	-0,41	2,86	1,95
Rio Grande do Norte . . . . .	5,60	4,22	1,32	-0,37	3,11	2,05
Paraíba . . . . .	3,72	3,76	0,63	-0,44	1,81	1,52
Pernambuco . . . . .	4,39	3,02	0,43	0,04	2,38	1,76
Alagoas . . . . .	4,14	4,45	1,37	0,51	2,37	2,25
Sergipe . . . . .	3,62	4,05	0,52	0,74	1,82	2,38
Bahia . . . . .	4,18	4,21	1,31	0,84	2,39	2,35
<b>Região Sudeste</b> . . . . .	<b>5,14</b>	<b>3,99</b>	<b>-1,60</b>	<b>-2,00</b>	<b>2,76</b>	<b>2,64</b>
Minas Gerais . . . . .	4,56	4,01	-0,69	-2,08	1,71	1,54
Espírito Santo . . . . .	6,91	6,00	0,93	-1,82	3,18	2,38
Rio de Janeiro . . . . .	4,17	2,75	-2,46	-1,63	3,07	2,30
São Paulo . . . . .	5,90	4,51	-3,08	-2,04	3,32	3,49
<b>Região Sul</b> . . . . .	<b>5,17</b>	<b>4,98</b>	<b>2,23</b>	<b>-2,48</b>	<b>3,42</b>	<b>1,44</b>
Paraná . . . . .	6,69	5,97	4,13	-3,32	4,98	0,97
Santa Catarina . . . . .	6,11	5,63	1,40	-1,16	3,14	2,26
Rio Grande do Sul . . . . .	3,95	3,98	0,45	-2,08	2,15	1,55
<b>Região Centro-Oeste</b> . . . . .	<b>9,15</b>	<b>7,69</b>	<b>3,15</b>	<b>-0,81</b>	<b>5,57</b>	<b>4,05</b>
Mato Grosso . . . . .	7,03	8,69	5,29	0,23	5,99	4,62
Goiás . . . . .	7,86	6,86	2,44	-1,53	4,36	2,76
Distrito Federal . . . . .	19,31	8,24	8,40	5,88	14,42	8,15

FONTE: Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980.



TABELA 2  
Incremento Populacional 60-70 e 70-80, Por Região e Situação Urbana e Rural

Regiões	60-70					
	Urbano		Rural		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
BRASIL . . . . .	20.585.165	88,23	2.745.404	11,77	23.330.569	100,00
NORTE . . . . .	654.269	63,87	370.149	36,13	1.024.418	100,00
NORDESTE . . . . .	4.200.301	70,53	1.754.842	29,47	5.955.143	100,00
SUDESTE . . . . .	11.417.130	120,02	-1.904.753	-20,02	9.512.377	100,00
SUL . . . . .	2.891.821	61,33	1.823.040	38,67	4.714.861	100,00
CENTRO-OESTE . . . . .	1.421.644	66,94	702.126	33,06	2.123.770	100,00

Regiões	70-80					
	Urbano		Rural		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
BRASIL . . . . .	28.350.387	109,62	-2.487.614	-9,62	25.862.773	100,00
NORTE . . . . .	1.410.550	61,96	865.858	38,04	2.276.408	100,00
NORDESTE . . . . .	5.812.827	86,77	886.608	13,23	6.699.435	100,00
SUDESTE . . . . .	13.875.480	116,79	-1.994.855	-16,79	11.880.625	100,00
SUL . . . . .	4.574.312	180,47	-2.039.643	80,47	2.534.669	100,00
CENTRO-OESTE . . . . .	2.677.218	180,32	-205.582	-8,32	2.471.636	100,00

FONTE: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970 (TABELA 2) e 1980 (Vol. 1, Tomo 3) (excluído Fernando de Noronha).

TABELA 3  
Incremento Populacional das Populações Total, Urbano e Rural na Década 60-70

Regiões e Estados	Urbano		Rural		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
<b>Brasil</b> . . . . .	<b>20.585.165</b>	<b>100,00</b>	<b>2.745.404</b>	<b>100,00</b>	<b>23.330.569</b>	<b>100,00</b>
<b>Região Norte</b> . . . . .	<b>654.269</b>	<b>3,18</b>	<b>370.149</b>	<b>13,48</b>	<b>1.024.418</b>	<b>4,40</b>
Rondônia . . . . .	28.938	0,14	11.894	0,43	40.832	0,18
Acre . . . . .	25.773	0,13	30.674	1,12	56.447	0,24
Amazonas . . . . .	169.177	0,82	71.284	2,60	240.461	1,03
Roraima . . . . .	5.021	0,02	6.993	0,25	12.014	0,05
Pará . . . . .	398.150	1,93	230.675	8,40	628.825	2,70
Amapá . . . . .	27.210	0,13	18.629	0,68	45.839	0,20
<b>Região Nordeste</b> . . . . .	<b>4.200.301</b>	<b>20,40</b>	<b>1.754.842</b>	<b>63,92</b>	<b>5.955.143</b>	<b>25,52</b>
Maranhão . . . . .	309.032	1,50	206.283	7,51	515.315	2,21
Piauí . . . . .	244.190	1,19	187.183	6,82	431.373	1,85
Ceará . . . . .	676.657	3,29	395.351	14,40	1.072.008	4,59
Rio Grande do Norte . . . . .	309.825	1,51	99.596	3,63	409.421	1,75
Paraíba . . . . .	306.924	1,49	84.548	3,08	391.472	1,68
Pernambuco . . . . .	982.417	4,77	97.582	3,55	1.080.039	4,63
Alagoas . . . . .	210.591	1,02	121.359	4,42	331.950	1,42
Sergipe . . . . .	124.306	0,60	24.660	0,90	148.966	0,64
Bahia . . . . .	1.036.359	5,03	538.239	21,24	1.574.598	6,75
<b>Região Sudeste</b> . . . . .	<b>11.417.130</b>	<b>55,46</b>	<b>-1.904.753</b>	<b>-69,38</b>	<b>9.512.377</b>	<b>40,77</b>
Minas Gerais . . . . .	2.179.912	10,59	-390.615	-14,23	1.789.297	7,67
Espírito Santo . . . . .	351.841	1,71	77.939	2,84	429.780	1,84
Rio Janeiro . . . . .	2.653.515	12,89	-308.357	-11,23	2.345.156	10,05
São Paulo . . . . .	6.231.862	30,27	-1.283.720	-46,76	4.948.142	21,21
<b>Região Sul</b> . . . . .	<b>2.891.821</b>	<b>14,05</b>	<b>1.823.040</b>	<b>66,41</b>	<b>4.714.861</b>	<b>20,21</b>
Paraná . . . . .	1.193.409	5,80	1.472.738	53,65	2.666.147	11,43
Santa Catarina . . . . .	557.685	2,71	214.797	7,82	772.482	3,31
Rio Grande do Sul . . . . .	1.140.727	5,54	135.505	4,94	1.276.232	5,47
<b>Região Centro-Oeste</b> . . . . .	<b>1.421.644</b>	<b>6,91</b>	<b>702.126</b>	<b>25,57</b>	<b>2.123.770</b>	<b>9,10</b>
Mato Grosso . . . . .	337.267	1,64	367.590	13,39	704.857	3,02
Goiás . . . . .	656.590	3,19	364.627	13,28	1.021.217	4,38
Distrito Federal . . . . .	427.787	2,08	-30.091	1,10	397.696	1,70

FORNTE: Censos Demográficos de 1970 (Tabela 2) e 1960 (excluídos os 1389 e os 1241 habitantes de Fernando de Noronha em 1960 e em 1970).

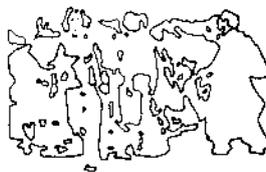


TABELA 4  
Incremento Populacional das Populações Total, Urbano e Rural na Década 70-80

Regiões e Estados	Urbano		Rural		Total	
	NA	%	NA	%	NA	%
<b>Brasil</b> . . . . .	<b>28.350.387</b>	<b>100,00</b>	<b>-2.487.614</b>	<b>100,00</b>	<b>25.862.773</b>	<b>100,00</b>
<b>Região Norte</b> . . . . .	<b>1.410.550</b>	<b>4,99</b>	<b>865.858</b>	<b>-34,81</b>	<b>2.276.408</b>	<b>8,81</b>
Rondônia . . . . .	168.975	0,60	211.030	-8,48	380.005	1,47
Acre . . . . .	72.862	0,26	13.142	-0,53	86.004	0,33
Amazonas . . . . .	450.786	1,59	24.068	-0,97	474.854	1,84
Roraima . . . . .	31.253	0,11	7.021	-0,28	38.274	0,15
Pará . . . . .	645.390	2,28	590.983	-23,76	1.236.373	4,78
Amapá . . . . .	41.284	0,15	19.614	-0,79	60.898	0,24
<b>Região Nordeste</b> . . . . .	<b>5.812.827</b>	<b>20,50</b>	<b>886.608</b>	<b>-35,65</b>	<b>6.699.435</b>	<b>25,91</b>
Maranhão . . . . .	502.129	1,77	500.589	-20,12	1.003.718	3,88
Piauí . . . . .	361.382	1,27	97.066	-3,90	458.448	1,77
Ceará . . . . .	1.030.258	3,64	-103.608	4,16	926.650	3,58
Rio Grande do Norte . . . . .	377.790	1,33	-29.862	1,20	347.928	1,35
Paraíba . . . . .	446.848	1,58	-59.289	2,38	387.559	1,50
Pernambuco . . . . .	972.421	3,43	8.972	-0,36	981.393	3,79
Alagoas . . . . .	344.797	1,22	49.685	-2,00	394.482	1,53
Sergipe . . . . .	202.381	0,71	37.000	-1,49	239.381	0,93
Bahia . . . . .	1.574.821	5,55	386.055	-15,52	1.960.876	7,58
<b>Região Sudeste</b> . . . . .	<b>13.875.480</b>	<b>48,94</b>	<b>-1.994.855</b>	<b>80,19</b>	<b>11.880.625</b>	<b>45,93</b>
Minas Gerais . . . . .	2.921.834	10,31	-1.030.696	41,43	1.891.138	7,31
Espírito Santo . . . . .	571.462	2,02	-147.455	5,93	424.007	1,64
Rio Janeiro . . . . .	2.462.045	8,68	165.329	6,65	2.297.718	8,88
São Paulo . . . . .	7.920.139	27,93	-651.485	26,18	7.268.764	28,10
<b>Região Sul</b> . . . . .	<b>4.574.312</b>	<b>16,13</b>	<b>-2.039.643</b>	<b>82,00</b>	<b>2.534.669</b>	<b>9,80</b>
Paraná . . . . .	1.968.183	6,94	-1.268.659	51,00	699.524	2,70
Santa Catarina . . . . .	908.195	3,20	-181.996	7,32	726.199	2,81
Rio Grande do Sul . . . . .	1.697.934	5,99	-588.988	23,68	1.108.946	4,29
<b>Região Centro-Oeste</b> . . . . .	<b>2.677.218</b>	<b>9,44</b>	<b>-205.582</b>	<b>8,27</b>	<b>2.471.636</b>	<b>9,55</b>
Mato Grosso . . . . .	889.886	3,13	21.282	-0,86	911.168	3,52
Goiás . . . . .	1.164.383	4,11	-243.458	9,79	920.925	3,56
Distrito Federal . . . . .	622.949	2,20	16.494	-0,66	639.443	2,47

FONTE: Censos Demográficos de 1980 (vol. 1, tomo 3) e 1970 (Tabela 2). (Excluídos os 1241 e os 1279 habitantes de Fernando de Noronha em 1970 e 1980)

### ERRATA

Esta tabela é parte integrante do artigo *Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências*, publicado no v. 3 n. 2. A pedido das autoras, Suzana P. Taschner e Lucia M.M. Bógus, substitui aquela constante da p. 116 daquele volume.

TABELA 5  
Saldos Vegetativo e Migratório 70-80, Por Estado

Regiões e Estados	Saldo Total		Saldo Migratório		Saldo Vegetativo	
	NA	%	NA	%	NA	%
<b>Região Norte</b> . . . . .	<b>2.276.408</b>	<b>100,00</b>	<b>573.295</b>	<b>25,18</b>	<b>1.703.113</b>	<b>74,82</b>
Rondônia . . . . .	380.005	100,00	268.369	70,62	111.636	29,38
Acre . . . . .	86.004	100,00	-2.250	-2,62	88.254	102,62
Amazonas . . . . .	474.854	100,00	19.865	4,81	454.989	95,82
Roraima . . . . .	38.274	100,00	14.576	38,08	23.698	61,92
Pará . . . . .	1.236.373	100,00	255.784	20,69	980.589	79,31
Amapá . . . . .	60.898	100,00	16.951	27,84	43.947	72,16
<b>Região Nordeste</b> . . . . .	<b>6.699.435</b>	<b>100,00</b>	<b>-2.059.399</b>	<b>-30,74</b>	<b>8.758.834</b>	<b>130,74</b>
Maranhão . . . . .	1.003.718	100,00	-146.855	-14,63	1.150.573	114,63
Piauí . . . . .	458.448	100,00	-156.139	-34,06	614.587	134,06
Ceará . . . . .	926.650	100,00	-371.431	-40,08	1.298.081	140,08
Rio Grande do Norte . . . . .	347.928	100,00	-87.460	-25,14	435.388	125,14
Paraíba . . . . .	387.559	100,00	-278.959	-71,98	666.518	171,98
Pernambuco . . . . .	981.393	100,00	-456.754	-46,54	1.438.147	146,54
Alagoas . . . . .	394.482	100,00	-101.526	-25,74	496.008	125,74
Sergipe . . . . .	239.381	100,00	-44.153	-18,44	238.534	118,44
Bahia . . . . .	1.960.876	100,00	-415.122	-21,17	2.375.998	121,17
<b>Região Sudeste</b> . . . . .	<b>11.880.625</b>	<b>100,00</b>	<b>1.882.637</b>	<b>15,85</b>	<b>9.997.988</b>	<b>84,15</b>
Minas Gerais . . . . .	1.891.138	100,00	-832.048	-44,00	2.723.186	144,00
Espírito Santo . . . . .	424.007	100,00	-4.693	-1,11	428.700	101,11
Rio de Janeiro . . . . .	2.297.718	100,00	425.236	18,51	1.872.482	81,49
São Paulo . . . . .	7.268.764	100,00	2.295.144	31,58	4.973.620	68,42
<b>Região Sul</b> . . . . .	<b>2.534.669</b>	<b>100,00</b>	<b>-1.038.784</b>	<b>-40,98</b>	<b>3.573.453</b>	<b>140,98</b>
Paraná . . . . .	699.524	100,00	-822.317	-117,55	1.521.841	216,55
Santa Catarina . . . . .	726.199	100,00	-22.812	-3,14	749.011	103,14
Rio Grande do Sul . . . . .	1.108.946	100,00	-193.655	-17,46	1.302.601	117,46
<b>Região Centro-Oeste</b> . . . . .	<b>2.471.636</b>	<b>100,00</b>	<b>640.329</b>	<b>25,91</b>	<b>1.831.287</b>	<b>74,09</b>
Mato Grosso do Sul . . . . .	371.383	100,00	89.184	24,01	282.199	75,99
Mato Grosso . . . . .	539.785	100,00	205.686	38,11	334.009	61,89
Goiás . . . . .	920.925	100,00	21.511	2,34	899.414	97,66
Distrito Federal . . . . .	639.443	100,00	323.868	50,65	315.575	49,35

**FONTE:** IBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980. Saldo vegetativo calculado por diferença entre o saldo total e o migratório; para estimativa do saldo migratório, vide METODOLOGIA.



TABELA 6  
Mobilidade Espacial: Proporção das Pessoas que Mudaram de Município de Residência, na  
Década 70/80, por Região de Origem, na Última Etapa Migratória

Região de Origem	População (1980)	Migrantes	
		NA	%
<b>Total</b> . . . . .	<b>119.009.229</b>	<b>24.375.098</b>	<b>20,48</b>
Norte . . . . .	5.880.268	683.443	11,62
Nordeste . . . . .	34.814.166	6.914.153	19,86
Sudeste . . . . .	51.737.039	9.387.827	18,15
Sul . . . . .	19.031.987	5.467.258	28,73
Centro-Oeste . . . . .	7.545.769	1.922.415	25,48

FONTE: IBGE: Censo Demográfico de 1.980 (Tabela 2.9).

TABELA 7  
Fluxos Migratórios Inter-Regionais, na Década 70-80

Origem	Destino					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	
<b>Total</b> . . . . .	<b>692.047</b>	<b>366.227</b>	<b>2.973.537</b>	<b>305.182</b>	<b>1.140.976</b>	<b>5.477.969</b>
	<b>12,63</b>	<b>6,69</b>	<b>54,28</b>	<b>5,57</b>	<b>20,83</b>	<b>100,00</b>
Norte . . . . .	-	28.537	53.621	6.753	29.841	118.752
		24,03	45,17	5,67	25,13	100,00
Nordeste . . . . .	256.865	-	1.785.807	34.774	347.180	2.424.626
	10,59		73,65	1,43	14,32	100,00
Sudeste . . . . .	127.523	264.022	-	228.792	469.561	1.089.898
	11,70	24,22		20,99	43,09	100,00
Sul . . . . .	138.358	25.203	886.011	-	294.394	1.343.966
	10,29	1,88	65,93		21,90	100,00
Centro-Oeste . . . . .	169.301	48.465	248.098	34.863	-	500.727
	33,81	9,68	49,55	6,96	-	100,00

FONTE: Censo Demográfico de 1980 (Tabelas 2.9, 2.7 e 2.5 - Vide Metodologia).

TABELA 8  
Proporção dos Migrantes (\*) Inter e Intra-Regionais

Região de Origem	Saíram da Região (Inter-regionais)		Ficaram na Região				Total	
			Inter-estaduais		Intra-estaduais			
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
<b>Total</b> . . . . .	<b>5.477.969</b>	<b>22,47</b>	<b>3.043.122</b>	<b>12,48</b>	<b>15.854.007</b>	<b>65,04</b>	<b>24.375.098</b>	<b>100,00</b>
Norte . . . . .	118.752	17,38	110.604	16,18	454.087	66,44	683.443	100,0
Nordeste . . . . .	2.424.626	35,07	761.089	11,01	3.728.438	53,92	6.914.153	100,00
Sudeste . . . . .	1.098.898	11,71	1.428.824	15,22	6.860.105	73,07	9.387.827	100,00
Sul . . . . .	1.343.966	24,58	466.757	8,54	3.656.535	66,88	5.467.258	100,00
Centro-Oeste . . . . .	500.727	26,05	275.848	14,35	1.145.840	59,60	1.922.415	100,00

(\*) Está-se chamando migrante a pessoa que mudou de município de residência pelo menos uma vez na década, conforme a definição do IBGE.

FONTE: Censo Demográfico de 1.980 (Tabelas 2.9, 2.7 e 2.5 – Vide Metodologia).

TABELA 9  
Proporção das Pessoas Que Mudaram Para Outros Estados Brasileiros, na Década 70/80.

Região de Origem	População (1980)	Migrantes Interestaduais	
		NA	%
<b>Brasil</b> . . . . .	<b>119.009.229</b>	<b>8.521.091</b>	<b>7,16</b>
Norte . . . . .	5.880.268	229.356	3,90
Nordeste . . . . .	34.814.166	3.185.715	9,15
Sudeste . . . . .	51.737.039	2.518.722	4,87
Sul . . . . .	19.031.987	1.810.723	9,51
Centro-Oeste . . . . .	7.545.769	776.575	10,29

FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1.980 (Tabela 2.9, 2.7 e 2.5 – Vide Metodologia). Inclui os migrantes interestaduais e inter-regionais.



TABELA 10  
Fluxos Migratórios Estado-Região, na Década 70/80

Origem	Total dos que emigraram			Destino														
	Emigraram			Região Norte			Região Nordeste			Região Sudeste			Região Sul			Região Centro-Oeste		
	NA	%		NA	%		NA	%		NA	%		NA	%		NA	%	
<b>Região Norte</b>	<b>229.356</b>	<b>100,00</b>		<b>110.604</b>	<b>48,22</b>		<b>28.537</b>	<b>12,40</b>		<b>53.621</b>	<b>23,38</b>		<b>6.753</b>	<b>2,94</b>		<b>29.841</b>	<b>13,01</b>	
Rondônia	18.199	100,00		5.839	32,09		969	5,32		4.184	22,99		1.709	9,39		5.498	30,21	
Acre	18.396	100,00		13.992	76,07		786	4,27		1.948	10,59		376	2,04		1.294	7,03	
Amapá	49.450	100,00		28.699	58,04		5.235	10,58		9.597	19,41		1.246	2,52		4.673	9,45	
Roraima	3.625	100,00		1.893	52,22		382	10,54		617	17,02		277	7,64		456	12,58	
Pará	129.714	100,00		52.079	40,15		20.696	15,95		36.297	27,98		3.008	2,33		17.634	13,59	
Amapá	9.972	100,00		8.102	81,25		469	4,70		978	9,81		137	1,37		286	2,87	
<b>Região Nordeste</b>	<b>3.185.715</b>	<b>100,00</b>		<b>256.865</b>	<b>8,06</b>		<b>761.089</b>	<b>23,89</b>		<b>1.785.807</b>	<b>56,06</b>		<b>34.774</b>	<b>1,09</b>		<b>347.180</b>	<b>10,90</b>	
Maranhão	312.412	100,00		135.475	43,36		48.486	15,52		52.956	16,95		880	0,29		74.615	23,88	
Piauí	230.660	100,00		16.940	7,34		96.547	41,86		66.178	28,69		824	0,36		50.171	21,75	
Ceará	473.193	100,00		50.138	10,59		118.843	25,11		236.649	50,01		6.046	1,29		61.517	13,00	
Rio Grande do Norte	159.909	100,00		7.085	4,43		47.663	29,81		84.161	52,63		1.393	0,87		19.607	12,26	
Paraíba	364.065	100,00		5.843	1,60		111.980	30,76		213.332	58,60		2.393	0,66		30.517	8,38	
Pernambuco	648.747	100,00		9.581	1,48		177.659	27,38		427.539	65,90		7.131	1,10		26.837	4,14	
Alagoas	183.161	100,00		1.899	1,04		63.949	34,94		108.631	59,31		3.134	1,71		5.508	3,00	
Sergipe	102.292	100,00		890	0,87		34.757	33,98		61.713	60,33		1.861	1,82		3.071	3,00	
Bahia	711.276	100,00		29.014	4,08		61.165	8,60		534.648	75,17		11.112	1,56		75.337	10,59	
<b>Região Sudeste</b>	<b>2.518.722</b>	<b>100,00</b>		<b>127.523</b>	<b>5,06</b>		<b>264.022</b>	<b>10,48</b>		<b>1.428.824</b>	<b>56,73</b>		<b>228.792</b>	<b>9,08</b>		<b>469.561</b>	<b>18,64</b>	
Minas Gerais	1.232.279	100,00		47.675	3,87		52.505	4,26		881.049	71,49		38.297	3,11		212.753	17,27	
Espírito Santo	174.196	100,00		36.935	21,20		17.848	10,25		108.574	62,32		3.007	1,73		7.832	4,50	
Rio de Janeiro	381.311	100,00		13.107	3,44		68.723	18,02		207.900	54,52		27.150	7,12		64.431	16,90	
São Paulo	730.936	100,00		29.806	4,08		124.946	17,09		231.301	31,64		160.338	21,94		184.545	25,25	
<b>Região Sul</b>	<b>1.810.723</b>	<b>100,00</b>		<b>138.538</b>	<b>7,64</b>		<b>25.203</b>	<b>1,39</b>		<b>886.011</b>	<b>48,93</b>		<b>466.757</b>	<b>25,78</b>		<b>294.394</b>	<b>16,26</b>	
Paraná	1.282.611	100,00		125.623	9,79		16.634	1,30		802.287	62,55		101.987	7,95		236.080	18,41	
Santa Catarina	223.679	100,00		5.072	2,27		1.906	0,85		30.346	13,57		172.142	76,96		14.213	6,35	
Rio Grande do Sul	304.433	100,00		7.663	2,53		6.663	2,19		53.378	17,53		192.628	63,26		44.101	14,49	
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>776.575</b>	<b>100,00</b>		<b>169.301</b>	<b>21,80</b>		<b>48.465</b>	<b>6,24</b>		<b>248.098</b>	<b>31,94</b>		<b>34.863</b>	<b>4,49</b>		<b>275.848</b>	<b>35,52</b>	
Mato Grosso Sul	184.161	100,00		33.975	18,45		5.200	2,82		83.083	45,11		19.440	10,56		42.463	23,06	
Mato Grosso	110.952	100,00		51.654	46,56		2.094	1,89		24.510	22,09		4.655	4,20		28.039	25,26	
Goiás	338.854	100,00		78.967	23,30		23.330	6,88		92.433	27,28		5.767	1,70		138.357	40,84	
Distrito Federal	142.608	100,00		4.705	3,30		17.841	12,51		48.072	33,71		5.001	3,51		66.989	46,97	

FONTE: IBGE: Censo Demográfico de 1980 (Tabelas 2.9, 2.7 e 2.5, Vide Metodologia).

TABELA 11  
 Proporção das Pessoas que Saíram das Diversas Regiões, na Década 70/80

Região de Origem	População (1980)	Emigrantes da Região	
		NA	%
Norte .....	5.880.268	118.752	2,02
Nordeste .....	34.814.166	2.424.626	6,96
Sudeste .....	51.737.039	1.089.898	2,13
Sul .....	19.031.987	1.343.966	7,06
Centro-Oeste .....	7.545.769	500.727	6,64

FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1.980 (Tabelas 2.9, 2.7 e 2.5 Vide Metodologia).

TABELA 12  
 Proporção das Pessoas que Entraram nas Diversas Regiões, na Década 70/80

Região de Origem	População (1980)	Imigrantes de Outras Regiões	
		NA	%
Norte .....	5.880.268	692.047	11,77
Nordeste .....	34.814.166	366.127	1,05
Sudeste .....	51.737.039	2.973.537	5,75
Sul .....	19.031.987	305.182	1,60
Centro-Oeste .....	7.545.769	1.140.976	15,12

FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1.980 (Tabelas 2.9, 2.7 e 2.5 Vide Metodologia).



TABELA 13  
Proporção das Pessoas que Entraram e Saíram nos Estados, na Década,  
em Relação à População Estadual no Fim da Década 70/80.

Regiões e Estados	Imigrantes	Emigrantes
<b>Norte</b>		
Rondônia . . . . .	58,35	3,70
Acre . . . . .	5,36	6,10
Amazonas . . . . .	4,85	3,46
Roraima . . . . .	23,99	4,58
Pará . . . . .	11,33	3,81
Amapá . . . . .	15,36	5,69
<b>Nordeste</b>		
Maranhão . . . . .	4,41	7,82
Piauí . . . . .	3,48	10,78
Ceará . . . . .	1,92	8,95
Rio Grande do Norte . . . . .	3,81	8,42
Paraíba . . . . .	3,07	13,14
Pernambuco . . . . .	3,12	10,56
Alagoas . . . . .	4,12	9,24
Sergipe . . . . .	5,09	8,97
Bahia . . . . .	3,13	7,52
<b>Sudeste</b>		
Minas Gerais . . . . .	2,99	9,21
Espírito Santo . . . . .	8,38	8,61
Rio de Janeiro . . . . .	7,14	3,38
São Paulo . . . . .	12,08	2,92
<b>Sul</b>		
Paraná . . . . .	6,03	16,81
Santa Catarina . . . . .	5,54	6,16
Rio Grande do Sul . . . . .	1,42	3,92
<b>Centro-Oeste</b>		
Mato Grosso Sul . . . . .	19,85	13,44
Mato Grosso . . . . .	27,80	9,74
Goiás . . . . .	9,33	8,78
Distrito Federal . . . . .	39,63	12,12

FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1980 (Tabelas 2.9, 2.7 e 2.5. Vide Metodologia).

**TABELA 14**  
Destino das Pessoas que Saíram dos seus Municípios de Residência Anterior, na  
Década 70/80, por Estado de Residência Atual

Regiões e Estados	Saíram dos Municípios de Residência Anterior					
	Total		Ficaram no Estado		Saíram do Estado	
	NA	%	NA	%	NA	%
<b>Total</b> . . . . .	<b>24.375.096</b>	<b>100,00</b>	<b>15.854.005</b>	<b>65,04</b>	<b>8.521.091</b>	<b>34,96</b>
<b>Norte</b>						
Rondônia . . . . .	48.279	100,00	30.080	62,30	18.199	37,70
Acre . . . . .	35.727	100,00	17.331	48,51	18.396	51,49
Amazonas . . . . .	133.576	100,00	84.126	62,98	49.450	37,02
Roraima . . . . .	4.164	100,00	539	12,94	3.625	87,06
Pará . . . . .	445.468	100,00	315.754	70,88	129.714	29,12
Amapá . . . . .	16.229	100,00	6.257	38,55	9.972	61,45
<b>Nordeste</b>						
Maranhão . . . . .	837.192	100,00	524.780	62,68	312.412	37,32
Piauí . . . . .	397.357	100,00	166.697	41,95	230.660	58,05
Ceará . . . . .	1.057.696	100,00	584.503	55,26	473.193	44,74
Rio Grande do Norte . . . . .	415.498	100,00	255.589	61,51	159.909	38,49
Paraíba . . . . .	621.877	100,00	257.812	41,46	364.065	58,54
Pernambuco . . . . .	1.393.407	100,00	744.660	53,44	648.747	46,56
Alagoas . . . . .	406.562	100,00	223.401	54,95	183.161	45,05
Sergipe . . . . .	206.428	100,00	104.136	50,45	102.292	49,55
Bahia . . . . .	1.578.136	100,00	866.860	54,93	711.276	45,07
<b>Sudeste</b>						
Minas Gerais . . . . .	3.098.810	100,00	1.866.531	60,23	1.232.279	39,77
Espírito Santo . . . . .	498.304	100,00	324.108	65,04	174.196	34,96
Rio de Janeiro . . . . .	1.286.297	100,00	904.986	70,36	381.311	29,64
São Paulo . . . . .	4.504.416	100,00	3.773.480	83,77	730.936	16,23
<b>Sul</b>						
Paraná . . . . .	3.100.644	100,00	1.818.033	58,63	1.282.611	41,37
Santa Catarina . . . . .	784.381	100,00	560.702	71,48	223.679	28,52
Rio Grande do Sul . . . . .	1.582.233	100,00	1.277.800	80,76	304.433	19,24
<b>Centro-Oeste</b>						
Mato Grosso . . . . .	414.542	100,00	230.381	55,57	184.161	44,43
Mato Grosso do Sul . . . . .	285.199	100,00	174.247	61,10	110.952	38,90
Goiás . . . . .	1.080.066	100,00	741.212	68,63	338.854	31,37
Distrito Federal . . . . .	142.608	100,00	—	—	142.608	100,00

FONTE: IBGE — Censo demográfico de 1980 (Tabelas 2.9, 2.7 e 2.5. Vide Metodologia e Tabela 10).

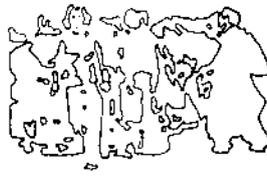


TABELA 15  
Unidades Político-Administrativas  
Municípios Segundo as Grandes Regiões  
1950/1983

Regiões	Número de Municípios				
	1950	1960	1970	1980	1983
<b>BRASIL</b> . . . . .	<b>1.889</b>	<b>2.766</b>	<b>3.952</b>	<b>4.036</b>	<b>4.133</b>
Norte . . . . .	99	120	143	166	209
Nordeste . . . . .	609	903	1.376	1.378	1.387
Sudeste . . . . .	845	1.085	1.410	1.412	1.417
Sul . . . . .	224	414	717	727	753
Centro-Oeste . . . . .	112	244	306	353	367

FONTE: 1950/1970 – IBGE – Sinopse preliminar do Censo Demográfico – Brasil, 1980.  
1980 – IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1981.  
1983 – IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1983.

TABELA 16  
Municípios por Número de Habitantes  
BRASIL – 1970/1980

Número de Habitantes	Municípios			
	1970		1980	
	NA	%	NA	%
<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>3.952</b>	<b>100,00</b>	<b>4.036</b>	<b>100,00</b>
Até 2.000 . . . . .	56	1,42	56	1,39
De 2.001 a 5.000 . . . . .	602	15,23	610	15,11
De 5.001 a 10.000 . . . . .	1.058	26,77	968	23,98
De 10.001 a 20.000 . . . . .	1.159	29,33	1.126	27,90
De 20.001 a 50.000 . . . . .	826	20,90	888	22,00
De 50.001 a 100.000 . . . . .	157	3,97	246	6,10
De 100.001 a 500.000 . . . . .	83	2,10	124	3,07
Mais do que 500.000 . . . . .	11	0,20	18	0,45

FONTE: 1970 – IBGE – Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980.  
1980 – IBGE – Anuário Estatístico de 1981.

TABELA 17  
Evolução da Distribuição Residencial da População (em porcentagem)  
Segundo Localidade de Residência  
1950-1980

Localidade	1950	1960	1970	1980
<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
RURAL . . . . .	63,8	55,0	44,1	32,4
Até 10.000 habitantes . . . . .	12,2	12,4	9,6	10,0
De 10.001 a 20.000 habitantes . . . . .	2,9	3,9	5,3	4,0
De 20.001 a 50.000 habitantes . . . . .	3,2	4,5	5,4	6,5
De 50.001 a 100.000 habitantes . . . . .	2,5	2,7	3,5	4,6
De 100.001 a 500.000 habitantes . . . . .	4,3	5,4	6,1	11,0
Mais do que 500.000 habitantes . . . . .	11,1	16,2	26,1	31,5

FONTE: IBGE – Censos Demográficos in MARTINE (1984, p.129)



TABELA 18  
Taxas de Urbanização Estaduais e Regionais.

Regiões e Estados	1970	1980
<b>Brasil</b> . . . . .	<b>55,78</b>	<b>67,59</b>
<b>Norte</b> . . . . .	<b>45,12</b>	<b>51,63</b>
Rondônia . . . . .	53,63	46,46
Acre . . . . .	27,55	43,79
Amazonas . . . . .	42,48	59,90
Roraima . . . . .	42,76	61,57
Pará . . . . .	47,16	48,98
Amapá . . . . .	54,61	59,18
<b>Nordeste</b> . . . . .	<b>41,81</b>	<b>50,46</b>
Maranhão . . . . .	25,13	31,40
Piauí . . . . .	31,93	41,97
Ceará . . . . .	40,81	53,14
Rio Grande do Norte . . . . .	47,57	58,73
Paraíba . . . . .	42,06	52,31
Pernambuco . . . . .	54,47	61,60
Alagoas . . . . .	39,78	49,28
Fernando de Noronha . . . . .	—	—
Sergipe . . . . .	46,12	54,18
Bahia . . . . .	41,18	49,29
<b>Sudeste</b> . . . . .	<b>72,39</b>	<b>82,81</b>
Minas Gerais . . . . .	52,76	67,14
Espírito Santo . . . . .	45,14	63,91
Rio de Janeiro . . . . .	87,90	91,82
São Paulo . . . . .	79,67	88,64
<b>Sul</b> . . . . .	<b>44,27</b>	<b>62,40</b>
Paraná . . . . .	36,14	58,62
Santa Catarina . . . . .	42,94	59,37
Rio Grande do Sul . . . . .	53,31	67,53
<b>Centro-Oeste</b> . . . . .	<b>48,13</b>	<b>67,78</b>
Mato Grosso Sul . . . . .	45,68	67,11
Mato Grosso . . . . .	40,05	57,52
Goiás . . . . .	41,86	62,20
Distrito Federal . . . . .	96,02	96,78

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970: Vol. I, tabela 1.1 e de 1980: Vol. I, tomo 3, tabela 1.

TABELA 19  
População das Áreas Metropolitanas, nos Anos 1.960, 1.970 e 1.980  
(em milhares de habitantes) e Taxas Anuais de Crescimento

Regiões Metropolitanas	População			Taxas Anuais	
	1.960	1.970	1.980	60/70	70/80
<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>15.010</b>	<b>23.752</b>	<b>34.502</b>	<b>4,70</b>	<b>3,78</b>
% da população metropolitana brasileira . . . . .	21,50	25,50	29,00	2,93	2,48
Belém . . . . .	414	657	999	4,73	4,29
Fortaleza . . . . .	655	1.054	1.580	4,87	4,29
Recife . . . . .	1.167	1.729	2.347	4,01	2,73
Salvador . . . . .	734	1.170	1.766	4,77	4,40
Belo Horizonte . . . . .	888	1.629	2.540	6,26	4,69
Rio de Janeiro . . . . .	4.862	6.968	9.014	3,66	2,44
São Paulo . . . . .	4.791	8.206	12.583	5,53	4,46
Curitiba . . . . .	470	785	1.440	5,26	5,79
Porto Alegre . . . . .	1.029	1.554	2.331	4,21	3,84

FONTE: IBGE – Censos de 1970 e 1980.

TABELA 20  
Percentual da População das Regiões Metropolitanas nas Populações Estaduais, 70-80

Regiões Metropolitanas	Percentual Metropolitano/Est.	
	1.970	1.980
Belém . . . . .	30,29	29,36
Fortaleza . . . . .	23,80	29,88
Recife . . . . .	34,74	38,21
Salvador . . . . .	15,33	18,69
Belo Horizonte . . . . .	13,98	18,99
Rio de Janeiro . . . . .	78,74	79,83
São Paulo . . . . .	45,79	50,27
Curitiba . . . . .	11,84	18,88
Porto Alegre . . . . .	22,97	28,72

FONTE: IBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980.



TABELA 21  
Percentual da População dos Municípios Centrais  
na População Metropolitana, 1970 e 1980

Regiões Metropolitanas	% 1.970	% 1.980
Belém . . . . .	96,56	93,41
Fortaleza . . . . .	82,77	82,76
Recife . . . . .	59,17	51,30
Salvador . . . . .	87,22	85,02
Belo Horizonte . . . . .	76,92	70,11
Rio de Janeiro . . . . .	60,04	56,47
São Paulo . . . . .	72,77	67,49
Curitiba . . . . .	74,13	71,15
Porto Alegre . . . . .	57,84	50,44

FONTE: IBGE – Censo de 1970 e 1980.

TABELA 22  
Taxas de Crescimento Populacional das Regiões Metropolitanas,  
dos Municípios Centrais e da Periferia, na Década 70-80

Regiões Metropolitanas	Taxas de Crescimento Anuais		
	Total	Município Central	Periferia
Belém . . . . .	4,29	3,95	11,29
Fortaleza . . . . .	4,29	4,29	4,30
Recife . . . . .	2,73	1,27	4,56
Salvador . . . . .	4,40	4,07	6,49
Belo Horizonte . . . . .	4,69	3,73	7,43
Rio de Janeiro . . . . .	2,44	1,82	3,32
São Paulo . . . . .	4,46	3,67	6,34
Curitiba . . . . .	5,79	5,35	6,95
Porto Alegre . . . . .	3,84	2,43	5,53

FONTE: IBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980.

TABELA 23  
 Percentual dos Migrantes na Década para as Regiões Metropolitanas  
 em Relação à População Total das Regiões Metropolitanas

Regiões Metropolitanas	Percentual de Migrantes em Relação à População Metropolitana
Belém . . . . .	17,70
Fortaleza . . . . .	23,01
Recife . . . . .	26,81
Salvador . . . . .	17,59
Belo Horizonte . . . . .	29,36
Rio de Janeiro . . . . .	14,52
São Paulo . . . . .	26,61
Curitiba . . . . .	32,67
Porto Alegre . . . . .	28,71

FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1980.

TABELA 24  
 Migrantes para a Região Metropolitana que se Dirigiram ao  
 Município Central na Década de 70/80.

Regiões Metropolitanas	Migrantes que se Dirigiram à Região Metropolitana (a)	Migrantes que se Dirigiram ao Município Central (b)	$\frac{b}{a} \times 100$
Belém . . . . .	176.865	136.632	77,25
Fortaleza . . . . .	363.599	302.740	83,49
Recife . . . . .	629.286	150.029	23,84
Salvador . . . . .	310.772	223.339	71,87
Belo Horizonte . . . . .	745.755	404.339	54,22
Rio de Janeiro . . . . .	1.309.361	509.830	38,94
São Paulo . . . . .	3.348.325	1.712.409	51,14
Curitiba . . . . .	470.758	304.645	64,32
Porto Alegre . . . . .	640.605	214.639	33,51

FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1980.

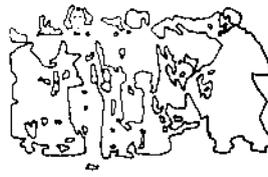


TABELA 25  
Proporção dos Migrantes que se Dirigiram para o Estado (e/ou se moveram dentro do Estado)  
na Década 70-80 e estão na Região Metropolitana

Regiões Metropolitanas	Imigrantes nas Regiões Metropolitanas (a)	Imigrantes no e para o Estado		$\frac{a}{b} \times 100$	
		Intra-estaduais*	Interestaduais*		Total(b)
Belo Horizonte . . . . .	176.865	315.754	385.498	701.252	25,22
Fortaleza . . . . .	363.599	584.503	101.762	686.265	52,98
Recife . . . . .	629.286	744.660	191.993	936.653	67,18
Salvador . . . . .	310.772	866.860	296.154	1.163.014	26,72
Belo Horizonte . . . . .	745.755	1.866.531	400.231	2.266.762	32,90
Rio de Janeiro . . . . .	1.309.361	904.986	806.547	1.711.533	76,50
São Paulo . . . . .	3.348.325	3.773.480	3.026.080	6.799.560	49,24
Curitiba . . . . .	473.758	1.818.033	460.294	2.278.327	20,79
Porto Alegre . . . . .	640.605	1.277.800	110.778	1.388.578	46,13

FONTE: IBGE - Censo Demográfico de 1980 (Tabelas 2.9, 2.7 e 2.5. Vide Metodologia).  
\* Incluem-se os migrantes intramunicípios metropolitanos.